



34ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA
16 de dezembro de 2008 – 9h30
PAUTA

Expediente:

- I. Aprovação da Ata da 9ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 30 de outubro de 2008;
- II. Aprovação da Ata da 33ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 11 de novembro de 2008;
- III. Apresentação do projeto “Raízes”, do Instituto Pedro Matajs;
- IV. Apresentação do projeto “Juruá Jaru Nhanderekoa Re Turismo e o Universo Guarani”, da Associação Indígena Guarani Tenonde Porá;
- V. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e deliberação sobre a minuta do Edital FEMA nº 06.

Anexos:

- I. Ata da 9ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 30 de outubro de 2008;
- II. Ata da 33ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 11 de novembro de 2008;
- III. Minuta do Edital FEMA nº 06.

Coordenadora Helena Magozo: Da APA, ficou com essa questão de um apoio a uma política pública, com o sentido da... não é uma área em si. É uma área que do ponto de vista ambiental é fundamental para o estado. E não adianta a gente não ter política pública (trecho incompreensível) criar uma ata e... Na verdade, nós vamos ter aqui, até uma apresentação do projeto, até no sentido de poder aproximar mais os Conselheiros do Prefeito, do que está acontecendo lá, numa avaliação. Agora, isso não é alternativa que temos para cidade toda. Nós tivemos educação ambiental, estamos, a Mara está junto com a educação ambiental, até março. Em março a gente lança outro para cidade inteira. Nós tivemos 20 entidades que assinaram os convênios, somente. Habilitados, quatro. Financiados, um. Edital três, etapa dois, entraram dezoito. Habilitados, quinze. Financiados, três. Edital três, etapa três, entraram 25. Habilitados, 22. Financiados, cinco. Do edital três, nós temos nove financiados, de toda essa quantidade que entrou. E quatro...

Cons. Marcos Moliterno: Por que tem essa diferença entre os habilitados e os financiados? Eu imagino, que uma vez, depois de habilitados, estão aptos a...

Coordenadora Helena Magozo: Não. Habilitado é documentalmente. Eles entram, eles têm documentação, aí vai ser avaliado o projeto.



Cons. Marcos Moliterno: Ah tá. É porque eu pensei que habilitação já compreendesse.

Coordenadora Helena Magozo: Não, não. A habilitação é habilitação técnica. Documental, formal.

Cons. Marcos Moliterno: Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Edital quatro, etapa um, entraram treze, habilitados sete, financiados, quatro. FEMA quatro, segunda etapa, entraram dezesseis, habilitados, quatorze, estão em processo de avaliação ainda, não temos o resultado. Então o que eu quero dizer, não é que eu estou dizendo que é bom a gente ter poucas entidades. O que eu quero defender aqui, é um processo gradativo de capacitação das entidades integradas. Quer dizer, o recurso não está sendo, se você ver proporcionalmente, a gente não usa nem metade do recurso disponibilizado. Eu não estou dizendo que é bom ou mal. É real. Aos poucos, a gente vai sabendo qual que é a possibilidade de financiamento. Mas, como o nosso guia tem sido técnico, tem sido de entidades relacionadas com o pedaço, que isso é que a gente entende, que a sustentabilidade é por aí. Não adianta uma empresa vir, fazer o projeto, lá, e sair. Se não deixou frutos, na relação com a comunidade, com as entidades locais. Eu queria dizer isso, primeiro, que nós já estamos pensando que exclusivo é o último edital da APA. Depois, pela avaliação do que está acontecendo, deve ser uma política contínua, talvez não total, e aí como com as outras áreas da cidade, a gente pode estar colocando o edital, como é que é esse molde do edital. Uma outra coisa, é que, efetivamente, os recursos não chegaram totalmente como previsto. Pelo contrário, nem 50% dos recursos previstos nos editais, enquanto possibilidade de... Entrou porque é esse processo gradativo de capacitação, de habilitação. E porque o edital é exigente, em termos de sustentabilidade.

Orador não identificado: Então eu posso entender que este seria o último edital que nós faríamos com uma zona predeterminada? Durante o ano que vem, nós deveremos expandir, então os editais deverão ser mais amplos, então?

Coordenadora Helena Magozo: Isso é uma coisa para a gente discutir com vocês, a gente pode estar resolvendo isso aqui, agora. Deliberando isso. O que a gente acha: é que tendo já, o edital exclusivo, o terceiro edital, que os próximos não precisarão ser exclusivos. Ou pode ser um valor menor, se tiver uma especificidade de objeto, se de repente, por exemplo, a gente pensar em outras áreas específicas, ou pensar numa questão urbana mais ampla, pode ser que a gente ponha um edital de menor valor ou percentual, isso a gente tem que discutir com vocês a melhor forma. Sempre nesse sentido: de continuar com uma política pública, lá, que a gente entende sim, eu defendo pessoalmente que é relevante e é fundamental, e podendo também, atender a cidade como um todo, que nós estamos fazendo com a educação ambiental. Estamos abertos até, que os Conselheiros nos tragam outras temáticas que possam ser de interesse para a cidade como um todo. A gente está discutindo, agora, por exemplo, com o setor de educação ambiental. Normalmente o que a gente tem feito, naquele sentido que tem sido trazido reiteradamente aqui. Nós lançamos o edital, e a parte de capacitação das entidades fica paralelo, a gente divulga, e na própria apresentação do edital, a gente... Nós estamos vendo uma possibilidade de fazer isso de uma maneira mais integrada, para mais entidades capacitadas. As questões temáticas, por exemplo, eles colocaram ah, na (incompreensível) Quando nós fomos ver as demandas que nos chegavam, para a cidade como um todo, todas cabiam na educação ambiental. Se eventualmente, vocês têm, pelo conhecimento, pela proximidade com a área, alguma sugestão, vamos discutir aqui. Nós estamos abertos.



Orador não identificado: Sugerindo. Reciclagem de lixo.

Coordenadora Helena Magozo: Isso está previsto. Na parte do saneamento, uma das linhas prevê. A reciclagem tem uma questão que é pública. Mas as questões das cooperativas têm sido aprovadas tanto na educação ambiental, desde lá, do primeiro edital.

Orador não identificado: Na educação tiveram algumas.

Coordenadora Helena Magozo: Tivemos. E aqui também, na parte do saneamento, propostas nessa linha cabem. É saneamento ambiental.

Cons. Luiz Ferrua: É uma sugestão que eu gostaria de dar. Já que nesses três editais, parece que nós conseguimos, a afirmação que você colocou, é que nós conseguimos, houve um desenvolvimento de entidades, especificamente na área.

Coordenadora Helena Magozo: Está havendo, e uma cultura foi construída.

Cons. Luiz Ferrua: Já existem algumas entidades que apareceram, se candidataram e foram aprovadas aos projetos. Então o que eu sugiro nos próximos editais, que sem tirar a APA do meio, a gente estenda para o resto de São Paulo. Mas, sem tirar o Capivari Monos, que ele é muito importante para a cidade de São Paulo, conforme todo mundo sabe. É a única reserva de mata atlântica ainda existente dentro do município de São Paulo. Então eu concordo inteiramente, que a gente faça os próximos editais, amplos, porém, sem excluir a APA.

Orador não identificado: Pode fazer um percentual para a APA.

Cons. Luiz Ferrua: Ou até definir um percentual específico para a APA. Isso será objeto de discussão.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos fazer uma deliberação aqui? Quer dizer, a gente tem acolhido essa questão, sempre ter complementariedade, então que o próximo edital, de educação ambiental, já contempla isso. Os outros editais, procure contemplar a cidade como um todo. E a gente discute aqui, tudo isso. Agora, o que eu quero reiterar, é isso: educação ambiental já faz isso. E a maior parte dos projetos que a gente têm, que não são afeitos ao poder público, porque a gente tem que pensar o que cabe nessas outras temáticas, fora das APAs, para as entidades. Isso é uma coisa, que eu pediria para vocês ajudarem a gente a pensar nessas questões temáticas, que não educação ambiental, para cidade como um todo. E que não sejam políticas públicas, já colocadas. Então nós estamos às ordens, vamos discutindo. Então os Conselheiros que são favoráveis à colocação do Ferrua permaneçam como estão.

Orador não identificado: A colocação do Ferrua é?

Coordenadora Helena Magozo: É de que, a partir de agora, sempre... apesar disso estar acontecendo. Ferrua, pensando bem...

Cons. Mara: Até o momento, nunca se deixou de fazer um edital por falta de recursos. Ou mesmo de aprovar determinados projetos, por falta de recursos. Agora, eu considero que seria importante pensar que existem políticas públicas temáticas, então existem temas, como vocês mesmos colocaram, Reciclagem de Resíduos Sólidos, que são importantes serem alavancados, como existem regiões que são importantes serem alavancadas. Em diferentes proporções. Quando a gente pensou, por exemplo, o edital de educação ambiental para cidade como um todo, realmente



ele se encontra, essa necessidade, para cidade como um todo. Quando se pensa, esses editais, para APA, é uma política pública a implantação dessas APAs, ela tem especificidades muito próprias. A questão de ter área rural, que não é comum no município como um todo. Então, ela precisa de coisas específicas. O que não impede de fazermos coisas específicas. Por exemplo, provavelmente, a zona norte precisa de alguma coisa específica. E que não sirva para região da Sé. E a gente pode fazer um edital específico para lá. Eu acho que o importante, é que tenha recursos disponíveis para todas as regiões. E isso tem acontecido. Está aí, disponível. Não é porque está sendo, este é o terceiro edital que sai para as APAs, que está deixando de ter edital para outras regiões, ou para outros temas. Não é esse o motivo. Eu acho que essa discussão seria importante que assim, tivesse mesmo essas proposições de novos editais, mesmo que fossem regionalizados, mesmo que fossem temáticos, que é muito mais importante, porque quando a gente abre um edital para a cidade como um todo, tudo vale, pode apresentar qualquer tipo de projeto, em qualquer tema, é uma coisa muito mais difícil. Uma, do impacto, como que a gente mede o impacto disso? É um numa escola lá. O outro, é catando resíduos sólidos, não sei onde. Então assim, fica pulverizado na cidade. Agora, quando a gente pensa em educação ambiental na cidade como um todo, é um tema. Como é que isso está andando, na cidade como um todo? Dá até para a gente pensar no caso de: "Ah, teve mais projetos na leste, teve mais projetos na sul", então dá para a gente ter uma avaliação: "Ah, não, tem que pressionar mais na norte, que está faltando projetos por lá". Agora, essa discussão deveria ser feita, mas eu ponderaria um pouco mais em tirar uma resolução aqui, de: "vamos fazer sempre, tudo quanto é tipo de tema, para toda a cidade". Acho que precisaria ser mais bem discutido, isso, e refletir.

Cons. Luiz Ferrua: Eu queria colocar uma observação a esse respeito. Não foi exatamente isso que eu disse. Eu achei que estatisticamente, como nós todos aqui, somos engenheiros, desse lado, nós raciocinamos estatisticamente. Então 50% dos editais foram colocados junto à APA. E os outros 50%, é para, vamos chamar assim, é para o resto. Então nós queríamos, ou eu gostaria, desse percentual ser um pouco modificado. Mas não retirar completamente da APA. Nunca me passou isso pela cabeça. A idéia que eu tenho é, ou fazer editais amplos, em que participam todas as entidades, inclusive as APAs, ou, a idéia que deu a Helena, seria o seguinte: destinar um percentual em cada um desses editais, especificamente para a APA. Vamos admitir só um número: 30% será sempre para a APA, ou qualquer coisa parecida. Nós podemos discutir isso. Mas que, não dê essa impressão de 50% dos recursos. Porque, na verdade, é o seguinte, inclusive, o raciocínio nosso também está errado. Não foram 50% que foram para as APAs, pelo que você me disse, para a APA foi muito pouco, porque os projetos aprovados foram poucos, em função da organização geográfica, do pessoal lá na geografia. Eles têm ainda, problemas de organização. Eu acho que por isso, nós devíamos, sempre, destinar uma parcela de recursos para a APA, em função deste fato.

Cons. Marcos Moliterno: Ferrua, eu discordo de você. Eu não queria engessar isso, deixar um percentual fixo. Mas eu acho que a gente pode discutir, antes dos temas, o que a Mara colocou, eu acho que é importante, eu não tinha pensado nisso. A gente precisa ter um parâmetro para medir, se a gente abre para tudo, realmente, depois a gente...

Coordenadora Helena Magozo: Porque nós caminhamos, nosso "aprimoramento", porque é um julgamento meu, pode ser que vocês não concordem. Mas foi no sentido de, primeiro uma geral, vocês lembram? Temática para a cidade, depois nós avaliamos que devia estar articulado com uma política pública. Agora, uma outra questão é que não é igual mesmo. Quer dizer, a questão da APA, o serviço ambiental que a APA presta, o que a gente precisa articular, de participação, em todos os sentidos, na APA, não é a mesma coisa do que na zona oeste, nos bairros centrais. Não é. Não é que eles não tenham necessidade. São outras. E uma coisa que a Mara falou, que a



gente vai... primeiro, nós não temos colocados todos os recursos para a APA. Depois, o que nos falta é projeto para pensar, até no termo de referência, mesmo. O que que nós queremos então para a cidade toda, já que nós optamos por não ter editais genéricos, que cabe tudo, e no final, a gente fica com as questões pulverizadas. Não é isso que está deixando a concentração de 50% na APA, não é, dos recursos, não é. Agora, bom que fosse, mas não é.

Cons. Sérgio Costa: Eu acho que já foi uma grande evolução, a gente está chegando nesse ponto, e que a sociedade civil agora pede para a Secretaria, o tipo de edital que seria benéfico à sociedade. Acho que já é um avanço. Eu estou aqui desde o primeiro dia. Para mim, é com muita alegria, agora, que eu vejo a sociedade pedir. Eu estive em Brasília, até por sorte, eu estava em Brasília, eu ia participar daquela vídeo-conferência, aqui por São Paulo, mas tive que estar em Brasília, porque teve o Encontro Internacional de Engenharia, e conversei com a Tassiana, e acabei participando com eles, lá, on-line, ao vivo. Uma conferência muito bonita, e uma coisa que ficou ressaltado lá, é que o FEMA fez um faça-projeto com cada Secretaria municipal, e cada órgão estadual, nós fomos fazer aquele curso do FEMA, e eles acreditaram que aquilo foi muito vantajoso, que desenvolveu em vários locais, as Secretarias, para que elas pudessem estar trazendo mais ONGs. Eu queria propor que a gente fizesse um faça-projeto, que nos próximos editais, seja obrigatório um faça-projeto, como foi o do FEMA. E desde já, mais uma vez, eu ressalto, o Instituto de Engenharia está à disposição, a gente estudar juntos, um faça-projetos na prática, que sejam dez, vinte aulas, que sejam cinco aulas, eu não sei porque eu não sou educador. Mas que nós façamos em conjunto. Pegamos o Instituto de Engenharia, pegamos engenheiros, pegamos pessoas da Secretaria, a Secretaria investe nisso dentro do edital, dinheiro não falta, mais uma vez, falei isso em Brasília 80 vezes, dinheiro não falta. Graças a Deus, São Paulo tem uma posição privilegiada, técnicos maravilhosos e dinheiro não falta. Se estiver faltando, lá na ponta, a sociedade civil preparada, a gente não pode ficar com demagogia, nós temos que preparar a sociedade civil. Já é um avanço enorme. Quando eu falei para eles que nós estávamos no quarto edital, no quinto edital, é fenomenal. Têm cidades que não saíram do primeiro edital, têm cidades que não conseguiram nem lançar edital, ainda. Nós estamos muito à frente. Então, essa ansiedade eu também tenho, Ferrua. Eu falei para eles lá, quem assistiu a discussão, ao vivo, eu falei: "Nós estamos chegando ao ponto de tentar aprovar em bloco, outro dia nós estávamos lá, discutindo se aprovava em bloco ou não". Tem estados do Brasil que não sabem nem o que é aprovar em bloco. Não chegaram ainda, nesse ponto. Nós já estamos aqui, na fase da discussão, acho que o Moliterno foi contra aprovar em bloco, não foi? Quem foi que falou isso?

Cons. Marcos Moliterno: Não, eu não fui.

Cons. Sérgio Costa: Me perdoe. O Ferrua falou. Eu acredito que nós possamos, já no próximo edital, levar em conta os pedidos da sociedade civil, e já começar a introduzir um faça-projeto no edital. Se julgarem, aqui, pertinente, também, eu e o Marcos Moliterno, levamos até o presidente uma proposta dessa, tentamos montar um curso lá, que já tenha a obrigatoriedade da ONG ir fazer o curso e se preparar para trazer aqui um projeto relevante, que seja aprovado. Porque no meio, se você tem quinze, acaba aprovando um, quer dizer, é que nem cursinho. O cara tem quinze alunos, e aprovou só um, ele é um incompetente, essa é a grande verdade. Ele preparou quinze alunos para o vestibular, só passou um, tem quatorze que foram reprovados. Então nós temos que levar em conta essa questão da competência também. Da Secretaria. Outra questão, quando a gente fala em abrir para a cidade toda, eu também vejo um problema de medição aí. Como balizar isso? Vai parecer aquela diretriz anual do CADES, que eu tanto critiquei o ano passado, a diretriz do CADES do ano passado, fala de tudo, vai de macaco a cavalo. A diretriz é enorme, desse tamanho. Marcos, você estava lá, você lembra. Ela fala de tudo, ela contempla



tudo. Como se a gente tivesse braços gigantes e abraçasse tudo ao mesmo tempo. Eu também acredito que nós possamos fazer mais de um edital. Eu acredito até, até um pedido, já que a sociedade civil se faz tão presente, eu acho que o CONFEMA precisa aumentar de tamanho. É um pedido que eu faço aqui, senhor Secretário. Eu acho que o FEMA, na última vez, nós estávamos quase aprovando em bloco os projetos. A nossa proposta é de que cresça. Então eu acredito que o FEMA deva crescer também. Nós temos dinheiro, nós temos uma equipe técnica competente, precisamos aumentar de tamanho, já no próximo edital. Essa é a proposta que eu faço, crescer o FEMA. Nós termos mais editais sendo soltos, não nos balizarmos pelo Brasil, que nós somos a referência. Continuarmos sendo o carro-chefe desse Brasil. Então ao invés de fazermos dois editais, três, façamos dez, cinco, e cresçamos o FEMA, que nós tenhamos mais funcionários da Secretaria envolvidos. E se os senhores deliberarem por bem, eu levo ao presidente uma proposta de nós montarmos um faça-projeto. De nós, em conjunto, montarmos. Como nós fomos para o CREA aquele dia. Que eu falei: Olha, eu falo politicamente, falo muito bem, maravilhosamente, falo pelos cotovelos, mas tecnicamente, vai comigo um especialista". E levei o Rubens Barreto para falar tecnicamente, que tanto agradou. Então nós podemos montar nesse faça-projetos para a sociedade civil, nós montarmos, dentro do Instituto de Engenharia, que é uma instituição ilibada, séria, de cem anos de existência, em conjunto com a Secretaria do Verde, que é muito respeitada, montarmos um faça-projeto e já no edital, fazer como o FNMA. Obrigar a pessoa a passar pelo faça-projeto, que ele tenha vinte aulas, explicando para ele, como ele conduz esse projeto. E pegamos aí, as entidades do rincão da cidade, lá da ponta, do índio que você falou, como é o nome? O Tenan Tepurá, e damos aquele aporte, colocamos a engenharia à disposição deles. Colocamos a engenharia brasileira à disposição deles. Para ele trazer um projeto parrudo, que ele venha com um projeto que vai dar certo. Que a área técnica não tenha nada a dizer. Que tenha um engenheiro atrás, que tenha um biólogo, que tenha todo um trabalho, que o faça-projeto explique para ele o começo, meio e fim, esse é o meu sonho. E aí nós tenhamos, quatro, cinco editais, que nós soltemos, que seja um para a zona norte, um para a zona sul, porque são regiões muito específicas. E não incorramos no risco de ter uma diretriz anual, até corro o risco, do amanhã, como são Conselheiros do caso, eu já fui Conselheiro também, de ser muito criticado. Mas na época eu critiquei, falei: "como que pode uma diretriz desse tamanho?". Diretriz tem que ser diretriz, ela aponta, é uma seta, é um rumo, então, falamos de água, falamos de água. A diretriz é: vamos trabalhar a água. Não pode ser uma diretriz gigante. Então, também aqui no FEMA, nós temos quatro, cinco editais específicos. Um é para a APA Capivari- Monos. Vai ter dois milhões, três milhões para a APA Capivari- Monos. Mas para agradar o Ferrua, pode dar uns quinze, senhor Secretário.

Coordenadora Helena Magozo: Sérgio, só dizendo o seguinte, essa questão da capacitação das entidades está no nosso horizonte de preocupação, a gente está pensando nisso seriamente. E quando nós trouxermos o próximo edital, que principalmente, o de educação ambiental, para a cidade toda, essa questão tem uma proposta. A gente discute a partir da proposta. Que está numa linha, não digo do faça-projeto do FEMA, mas de ter a capacitação incluída no processo.

Cons. Sérgio Costa: Eu digo para a gente não parar de pensar. Vamos para a ação. Eu posso, se vocês deliberarem, eu já vou hoje para o Instituto de Engenharia, pego o presidente e falo: "Vamos tentar montar um faça-projeto, junto com a Secretaria?".

Coordenadora Helena Magozo: Nós estamos tentando fazer um referencial de capacitação das entidades. Eu te pediria que se aguardasse esse referencial, que a Secretaria está discutindo com a coordenadora da Educação Ambiental, e a gente não retarda isso, quer dizer, não retarda a participação. É de tentar, antes talvez, do edital estar pronto, na discussão, estar trazendo aqui, a gente ver como vocês avaliam e como é que a gente encaminha.



Cons. Sérgio Costa: Posso colocar então, diferente? Faço uma proposta então, da gente trazer engenheiros do Instituto de Engenharia, e já se acoplar nesse trabalho. A gente já está fazendo o faça-projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Agora, a gente está ainda, na parte mais pedagógica. Não é o caso ainda. A participação é muito bem-vinda. Então assim que for possível a gente apresentar um pouco esse desenho, talvez na próxima, ou na segunda reunião, aí a gente avalia a partir do referencial. Eu preferiria assim, Sérgio.

Cons. Sérgio Costa: Ok.

Orador não identificado: Eu só posso aproveitar o gancho, o que o Sérgio falou é bem consistente, porque até para aquela proposta que veio das reconsiderações dos projetos, nasce daí. Porque, às vezes, é um equívoco de informação, ou um despreparo na montagem. O cara tem o trabalho inteiro de participar de um edital, e por conta de um desconhecimento de montar esse tipo de projeto, ele fica de fora, e aí começa aquelas críticas: “ah, mas foi por causa de uma vírgula, foi por causa de duas vírgulas”. Eu acho que essa parte de capacitação, eu estou com o Sérgio, eu acho que tem que ser feito. Vamos tentar juntar as forças.

Coordenadora Helena Magozo: Estamos todos de acordo. Que a ajuda é bem-vinda, eu estou dizendo que sim. De entrar no processo agora, que eu pediria só um tempinho, para a gente apresentar o que está sendo discutido com a Rose, e aí eles colaboram.

Presidente Eduardo Jorge: (Trecho incompreensível) ele quer falar com o presidente, se o presidente se dispõe a ajudar a gente. Como ajudar...

Coordenadora Helena Magozo: Ah, isso sim, isso sim. Sérgio, desculpa, eu não queria deixar dúvidas, de que é muito bem-vindo. De entrar agora no processo, é esse sentido. Agora, nós estamos dando início à reunião, então, isso tudo foi off, Eduardo? Nós vamos começar o expediente da 34ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, 16 de dezembro de 2008, aqui no 10º andar da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Nós começamos pela aprovação da ata da 9ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA, de 30 de outubro de 2008. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata, permaneçam como estão. Então a ata está aprovada por unanimidade. Agora, passaremos à aprovação da 33ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 11 de novembro de 2008. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata, permaneçam como estão. Está aprovada por unanimidade. E agora, nós vamos começar com a apresentação do projeto Raízes, do Instituto Pedro Matajs. Por favor, a Leila está aqui conosco, Leila, eu queria que você se apresentasse. A idéia é que a gente possa estar se aproximando mais do que está acontecendo na base, e refletir.

Leila Matajs: Bom dia. Meu nome é Leila Matajs, eu sou presidente do Instituto Pedro Matajs, da região da APA Capivari-Monos. Nós estamos desenvolvendo um projeto Raízes, que visa a capacitação de dez famílias de agricultores, da nossa região. O projeto Raízes teve início em fevereiro de 2008, com previsão de término em agosto de 2009. Ele foi financiado pelo FEMA, foi o primeiro projeto aprovado pelo FEMA, voltado para a agricultura. Nós estamos no edital 3. O objetivo do nosso projeto é introduzir os agricultores familiares na agricultura orgânica, com a implantação de dez unidades produtivas do cogumelo shiitake, dez canteiros de adubo orgânico húmus de minhoca. Além da capacitação dessas famílias da APA Capivari, nós temos a finalidade no objetivo de orientar e acompanhar o grupo da produção até a comercialização. Porque,



geralmente, os projetos vão até a capacitação. O nosso projeto não. Ele se estendeu à comercialização, ao apoio e realmente a geração de renda para o agricultor. Ele não visa a primeira fonte de renda para o agricultor, e sim, é uma complementação de renda. Então, essa capacitação, ela está visando um aumento, uma melhoria na vida do agricultor. Então o público alvo, o beneficiário deste projeto são dez famílias. Só que não são só dez pessoas. Nós estamos envolvendo diretamente, um grupo de 35 pessoas. Porque as famílias são compostas de três a quatro pessoas, que estão trabalhando no projeto junto conosco. E estão sendo capacitadas também. Essas são as famílias. Indiretamente, nós estamos auxiliando na geração de renda, não só destas famílias, mas também, da artesã, que participa na confecção dos aventais que foram distribuídos do projeto. No fornecedor de esterco, porque nós utilizamos esterco para fazer a adubação. Nós também estamos gerando renda para os madeireiros da região. Estamos gerando renda para o supermercado, que fornece lanche para os grupos, para as nossas reuniões. Para o consumidor final, nós estamos já oferecendo um produto, que eles já passaram a adquirir os nossos produtos, também. E os agricultores vizinhos, que são os agricultores que estão tomando conhecimento do nosso projeto, e que estão se interessando em novos projetos. Porque o nosso projeto foi restrito a dez famílias. E nós estamos fazendo, com a divulgação, inteirando novos grupos, novos agricultores, que estão tomando conhecimento da existência desse nosso projeto, e, que futuramente, também serão beneficiados, porque o nosso projeto, além de estar capacitando e já comercializando o nosso produto, que é o cogumelo shiitake e o húmus, nós já estamos gerando renda através de novos produtos que eles estão colocando no mercado, que são as verduras e os legumes. Então, nós já estamos abrindo porta para novos produtos. Para colocação dos produtos que eles já têm na própria propriedade. A localização das dez estufas que foram implantadas, das dez propriedades, elas estão, cinco são no **Embura**, duas são na Ponte Seca, duas estão no bairro de Marcilaque e uma na Vargem Grande. São todas na região da APA Capivari-Monos. Aqui é a apresentação do instituto, nosso site, e a equipe técnica que faz parte desse projeto. Eu não vou ficar me estendendo muito em palavras, porque nós vamos apresentar agora, com as fotos, o desenvolvimento do projeto, que aí vocês podem acompanhar exatamente o ponto que nós estamos. Nós já fizemos a parte teórica, a parte prática nós já iniciamos, e já iniciamos a comercialização. Agora, a gente vai entrar na parte da apresentação das fotos. Essa é a técnica Angelina, o senhor Armando, um dos participantes. Aí a primeira etapa, que é a construção das estufas, o material que foi adquirido, que é a parte de bambus, blocos, filmes, telhas para a construção das estufas e a implantação dos canteiros. Aí a implantação das estufas. O trabalho sempre foi feito em mutirão. A gente procurou organizar esse grupo para que eles se inteirassem também, porque era um agricultor em Marcilaque, outro na Ponte Seca, então eles estavam meio perdidos. Então a gente está começando um trabalho de união com eles, e eles estão aprendendo a trabalhar em grupo. Aí a implantação já dos canteiros de húmus. Todas as propriedades possuem uma estufa e um canteiro de húmus. Estes foram os encontros lá no Instituto Pedro Matajs, para capacitação teórica do húmus e do cogumelo. Vocês observam que não são só dez pessoas. Então eles levam as esposas, os amigos e assim, até os outros agricultores também vão assistir. Que nem, nós tivemos a palestra de associativismo e cooperativismo, então foi, além do grupo, nós tivemos também agricultores convidados. Nós tivemos também um curso Aprender a Empreender pelo Sebrae, específico para os agricultores. E aí nós começamos a parte prática da capacitação do húmus. Que foi a visita nos canteiros, para que o grupo pudesse já ter uma noção do que é o produto pronto. Então aí é a fase do processo do húmus, que é a colocação da matéria orgânica, do esterco. Aí são os cuidados que nós temos que ter dentro da capacitação, que o grupo tem que ter cuidado, porque esse é um predador, que come a minhoca. Isso tudo o agricultor tem que ter conhecimento. E a gente tem que achar, para mostrar para ele, o cuidado que tem que ter. Aí é o cuidado com a umidade, que tem que ter o controle para a preparação do composto. A inserção das minhocas, para que elas comecem a produzir o húmus. Esse já é o húmus pronto, que ele é vendido já em saquinhos de



um quilo, e sacos de quarenta quilos. E ali é uma bandeja que já está sendo utilizado para a execução do húmus. Para execução das mudas. Aí já iniciamos a parte da capacitação prática, do cogumelo shiitake. Então, começa com a separação das toras, a segunda fase é a furação da madeira, isso todos participam, sempre mutirão. Isso foi em todas as unidades, nós fomos fazendo esse trabalho. Cada semana nós estávamos em uma propriedade com o grupo trabalhando. Aí a inoculação da semente na tora de eucalipto. Após a colocação da semente a vedação da tora com parafina. Depois da vedação, ela vai para um processo seguinte que é a câmara úmida. Aí começa o desenvolvimento do fungo, dentro da madeira. O próximo processo, sai daquela câmara úmida é colocada em pilha. Após seis meses da inoculação, nós vamos para o choque térmico, que é a colocação na caixa de água. Então coloca a tora dentro da caixa de água, e depois que tira da caixa de água, ela vai para o choque mecânico, que bate numa pedrinha, para o fungo despertar. Aí, depois, ele vai para uma sala de frutificação, que é toda fechadinha, é colocada a tora em pé, nós colocamos na sala de frutificação, e ele vai começar a desenvolver o cogumelo. Aí, é a fase de desenvolvimento do cogumelo, ele é pequenino, vai até chegar o ponto de colheita. Aí inicia a colheita. É tirado um a um. Após a colheita, lá nós fazemos também em processo de mutirão, também, lá no instituto, todo o material coletado vai para o instituto, nós separamos por tamanhos, e eles são colocados em bandejinhas. Então são limpos, são tirados todos os resíduos, e aí inicia a embalagem do cogumelo in natura. Esses são colocados em bandejinhas por tamanho, com peso de duzentas gramas cada um, embalados depois, com filme e colocados na geladeira. O resíduo, a sobra, que não é possível comercializar, nós fazemos a conserva. Ele é preparado a conserva, os vidrinhos são esterilizados, é preparada a conserva, e nós fazemos as vendas. Agora, nós já iniciamos a comercialização. Nós só estamos colocando a prefeitura de Diadema, que nós fizemos um documento chamado DAP, que nós temos um convênio para venda direta. É um projeto do Ministério da Agricultura, que cada produtor pode vender até três mil e quinhentos reais para uma venda direta, para uma prefeitura, através de um convênio. Então nós já vendemos para eles, e para o consumidor final. E, não apareceu ali, foi o vidro em conserva, embalado. Como nós estamos fazendo a divulgação? Através de folders, de banners, e nós já criamos um site, do grupo Raízes, que mostra todo o nosso desenvolvimento. Participação em feiras, que nós já estamos fazendo a divulgação do nosso material, do nosso projeto também, no Embu Guaçu, no SESC Interlagos, e a última exposição foi agora, em novembro, na faculdade UNIP, onde nós pudemos só apresentar o nosso produto. Esses são os banners que nós já estamos levando para as exposições. Para levar amostra do nosso produto. E lá, nós levamos também, um pouquinho de cada coisa que o proprietário tinha, artesanato, um pouco de mudas nativas, que nós tínhamos lá no viveiro. Essa é a parte de uma confraternização, sempre a gente reúne, sempre tem um almoço, sempre tem um café, então esse é o nosso grupo. E um passo muito grande, uma conquista muito grande, que foi a formação da feirinha Raízes. Uma das proprietárias cedeu o espaço, e nós montamos, na beira da estrada Engenheiro Marcilaque, o nosso primeiro ponto de venda direta. Então aí foi a montagem da nossa feirinha, e aí já é a nossa feirinha. Onde o produtor pode colocar, além do cogumelo shiitake, o que ele tem na propriedade, para poder gerar renda e contribuir com a sua melhoria. Esse foi o nosso encontro, onde nós fizemos a nossa primeira distribuição de renda, da venda do cogumelo. E nós já iniciamos, de acordo com o nosso projeto, nós temos que ter uma verba, nós fotografamos. E essa é a nossa mascote, que ela nos acompanha desde os dez dias de idade. Esse é o nosso trabalho, saímos da capacitação até a comercialização.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada, Leila. Algum Conselheiro quer fazer alguma colocação?

Cons. Sérgio Costa: Eu queria agradecer essa apresentação da Leila, e mais uma vez, fico muito feliz de um projeto que deu início e que consegue chegar ao final aí, com menção honrosa.



Coordenadora Helena Magozo: Agora, eu vou pedir para a Lúcia Belenzani, que é a nossa colega aqui da Secretaria, engenheira agrônoma, que participa dessa história das APAs desde o início, que ela vai estar falando um pouco do rol dos projetos, lá nas APAs, e justificar que a segunda exposição, a representante não conseguiu chegar por algum motivo que nós vamos descobrir depois. Mas a Lúcia vai se encarregar de dar um geral nos projetos. E especificamente do Tenonde Porá também.

Presidente Eduardo Jorge: Eu queria fazer uma pergunta. Eu queria fazer umas perguntas para a Leila. O instituto já existia? Há quanto tempo? Onde é que ele fica? E o que é que ele vem desenvolvendo nesse período?

Leila Matajs: O instituto foi fundado em 2004, a nossa sede é no bairro do Embura, na região da APA Capivari, e além do projeto Raízes, nós temos outros projetos, não de tamanha proporção, mas de menores proporções, voltados para a educação ambiental. Em 2004 nós começamos um trabalho de capacitação para um grupo de jovens, para busca de primeiro emprego. Nós temos um mini-viveiro, onde nós fazemos um trabalho de educação ambiental para jovens, também, educação ecopedagógica, nós temos um outro projeto, voltado, muito pequenino, voltado para o agricultor, que é um projetinho chamado Eta, feijãozinho bom, que é a compra de feijãozinho, nós fizemos umas cotas, vendemos umas cotas para o consumidor final, e nós vamos comprar direto do produtor, essa quantidade. A quantidade de cota, realmente, foi muito pequena, o que nós conseguimos colocar no mercado, mas foi um primeiro passo. A gente conseguiu já alguma coisa. Nós estamos também, desenvolvendo outros trabalhos de artesanato, voltado ao artesanato, mas o nosso foco principal é o trabalho voltado ao meio ambiente. Então sempre tem um trabalho voltado para a educação ambiental.

Presidente Eduardo Jorge: Como é que o instituto começou, e qual é a forma como ele se sustenta?

Leila Matajs: Nós nos sustentamos, primeiro, a própria diretoria. O instituto, ele foi criado em homenagem ao meu pai. A nossa instituição é uma ONG familiar, vamos dizer assim. Então nós já vínhamos fazendo um trabalho informal, já há vários anos. E nós decidimos, em 2004, formalizar e documentar essa instituição, para que a gente pudesse começar a fazer captação de recursos, porque nós sempre fizemos os nossos trabalhos com grupos de voluntários. Então sempre foi, ou dinheiro da própria diretoria, ou um grupo de amigos que se reuniam e preparavam um trabalho, um projeto em si. Mas não tem grandes projetos realizados. Nós somos uma ONG, ainda, que está caminhando os seus primeiros passos.

Presidente Eduardo Jorge: Ele já vendia cogumelo antes?

Leila Matajs: O projeto shiitake foi instalado em 2005. A finalidade desse projeto foi assim: em 2004, quando nós fundamos o instituto, nós estávamos procurando um produto para começar a introduzir dentro da APA. E nós fomos buscando, e fizemos uma pesquisa, que tipo de produto que nós poderíamos colocar, que fosse se adaptar à região, que não causasse impacto, que pudesse ser feito de uma forma que também não interferisse no trabalho do dia-a-dia do agricultor. Então nós pesquisamos, e conhecemos o cogumelo shiitake, em 2004, no finalzinho de 2004. Nós fomos fazer a capacitação e montamos o projeto piloto. Esse projeto piloto começou em março de 2005, e foi até final de 2007, mais ou menos, nós estávamos ainda, com produção do cogumelo shiitake. Então foi aí que nós adquirimos a prática, e descobrimos que esse produto



se adaptava à região, era um produto rentável, porque é um produto rentável, e que haveria a possibilidade de introduzir agricultura orgânica. Era uma forma de começar a agricultura orgânica.

Presidente Eduardo Jorge: Vocês compram semente onde?

Leila Matajs: A semente é de um laboratório no interior de São Paulo, de Ibiúna. Tem que ser um laboratório específico, porque a semente para aquela região é específica. Existem dois, três, quatro laboratórios, que fornecem esse tipo de semente, mas é uma semente específica para a região da serra.

Presidente Eduardo Jorge: E o preço que vocês colocam é comparável com o preço que é encontrado na cidade, normalmente?

Leila Matajs: É o preço de venda do consumidor final. O cogumelo custa, o quilo, uma bandejinha dessa custa seis reais. Nós vendemos a seis reais para o consumidor final.

Presidente Eduardo Jorge: R\$ 6,00 o quilo, não é?

Leila Matajs: Não, a bandeja. Custa trinta reais o quilo. Hoje, eu afirmo assim, nós temos um distribuidor. Porque nós não temos, ainda, o grupo formalizado para que todos saiam vendendo e toda a produção seja escoada diretamente a seis reais a bandejinha. Hoje nós ainda temos um distribuidor que está comprando quatrocentas bandejas por mês do projeto.

Presidente Eduardo Jorge: E ele coloca onde?

Leila Matajs: Ele coloca no restaurante. Ele distribui para restaurantes. Porque ainda nós não temos a logística de distribuição.

Presidente Eduardo Jorge: E a conserva?

Leila Matajs: A conserva, nós vendemos a sete reais.

Presidente Eduardo Jorge: Sim. Mas, como é que distribui?

Leila Matajs: Como?

Presidente Eduardo Jorge: Como distribui?

Leila Matajs: Ah, não. Isso nós mesmos vendemos. Porque a conserva é mais fácil, e ela não perece, ela não é perecível. Então ela tem seis meses, mais ou menos, de validade, o prazo mais ou menos, nós fazemos e escoamos com mais facilidade.

Presidente Eduardo Jorge: O selo de orgânico custa caro, demora a fazer? Vocês não têm?

Leila Matajs: Nós não temos ainda o selo de orgânico. No projeto Raízes não está previsto a certificação. Nós estivemos conversando com várias certificadoras, para ver se a gente consegue alguma coisa participativa, para que não custe muito para o grupo. Porque uma certificação orgânica, hoje custa em torno de três a quatro mil reais, só a certificação. Fora o acompanhamento que é necessário. Então para começar uma certificação, você tem que ter, para ter o selo orgânico, você tem que começar ainda, com a semente, já orgânica. Para que todo o



processo possa ser certificado. E nós começamos com a semente normal. O shiitake é um produto totalmente orgânico. Ele não pode ter uma gotinha de química, porque você mata o fungo. Então não tem por onde. Ele é um produto totalmente orgânico.

Presidente Eduardo Jorge: Existe uma feira ali, em Santo Amaro, que é organizada, acho que é pelo...

Leila Matajs: Pelo IBD. Eu já tentei falar com eles, para ver se nós conseguíamos fazer parte desse grupo, mas a resposta que eu tive foi que, como nós não somos certificados, nós não podemos fazer parte desse grupo.

Presidente Eduardo Jorge: É uma feira semanal.

Leila Matajs: É uma feira semanal, na rua São Benedito. Eu falei para ela: “Tudo bem, o produto, ele é orgânico mas não posso participar, não tem problema. A gente vai buscar outras alternativas”.

Presidente Eduardo Jorge: E o húmus da minhoca é outra divisão, separada?

Leila Matajs: O húmus de minhoca, ele está sendo, hoje, utilizado na preparação das bandejas, que os agricultores utilizam. Eles mesmos preparam as suas bandejas para o plantio do alface, do brócolis, tudo o mais. Então eles já estão substituindo o substrato químico, aqueles sacos de substrato, a 50%, porque não pode ser o húmus totalmente. Então tem que ser 50% de substrato e 50% de húmus. Então eles já estão economizando com o substrato. Porque antes, eles só utilizavam substrato. Agora não, eles já utilizam meio a meio.

Presidente Eduardo Jorge: E a minhoca compra onde?

Leila Matajs: A minhoca, é lá na própria região. Porque o que está acontecendo? Foi comprado com a produtora de minhocas. Que ela já tinha os canteiros de húmus e ela forneceu as minhocas. Agora, o agricultor também já tem a minhoca. É a minhoca Califórnia. O que acontece? Agora, nós fizemos o primeiro canteiro. O agricultor já fez o segundo canteiro. Porque quando termina o processo de alimentação da minhoca, que ele já vira húmus, as minhocas têm que passar para um outro canteiro. Então o agricultor já preparou o outro canteiro. Por conta deles. Então já fez o outro canteiro, e as minhocas passaram desse canteiro pronto, e passaram para o canteiro vizinho. E se ela não tiver alimentação, ela foge. Pior é isso. Aí faz isso aqui, ela sai automático. Sai de um canteiro vai para outro. Terminou essa fase, enquanto isso o agricultor já está preparando esse outro canteiro.

Presidente Eduardo Jorge: E o substrato para a minhoca é o...

Leila Matajs: A adubação orgânica e o esterco.

Presidente Eduardo Jorge: É o lixo orgânico, não é?

Leila Matajs: Não é bem o lixo. É a sobra. O que nós utilizamos lá porque...

Presidente Eduardo Jorge: É a sobra de comida.



Leila Matajs: A gente nem coloca comida. A gente coloca só as sobras da horta. Eles são feirantes, também. Então sobra mercadoria que não vendeu, vai para o canteiro. Sobrou na roça, eles perderam mercadoria na roça, por exemplo, então eles vão limpar o canteiro, já passa para o canteiro de húmus.

Presidente Eduardo Jorge: E o esterco...

Leila Matajs: Esterco de cavalo.

Presidente Eduardo Jorge: E folha, folha...

Leila Matajs: Curtida. É esterco curtido...

Presidente Eduardo Jorge: Mas ele pode usar o lixo orgânico dele, inclusive diminuir a produção de lixo na região?

Leila Matajs: Sim. Vamos supor. só não pode ter resto de comida. Isso não. É assim, não pode ter arroz, resto de restaurante, coisas nesse sentido, não. A gente só utiliza a folha. Porque deve ter química, mistura de...

Orador não identificado: Dependendo do tipo de alimento, senhor Secretário, atrai cachorros, atrai outros animais, então eles acabam, inclusive, acabando com o canteiro. Inclusive, baratas.

Leila Matajs: Essa é uma razão também.

Orador não identificado: E a outra razão é o cheiro. A compostagem feita com resto de refeições, produz um cheiro, realmente, insuportável. Eu sei, porque eu tentei fazer isso na minha casa, não deu para fazer.

Presidente Eduardo Jorge: Isso nós vamos discutir mais adiante. A última questão, podia acertar com a Mônica, esses casos assim, do ponto de vista da imprensa, a imprensa sempre se interessa por casos específicos. Ela pode preparar uma reportagem para o Diário Oficial, e pautar, algum comentarista que queira fazer uma reportagem específica com o instituto, porque isso é bom para a região, é bom para a APA, é bom para o Fundo. A Helena podia ver com a Mônica esses casos assim, tentando pautar, ou para a imprensa, ou ela própria fazer a reportagem para o Diário Oficial.

Orador não identificado: Por que não o shimeji, só o shiitake. Por que vocês focaram exatamente no...

Leila Matajs: Nós estávamos nos questionando, por que vocês não trabalham com os dois. Primeiro, porque nós não podemos misturar os esporos. Então se você tem uma estufa de shiitake e tem uma estufa de shimeji, se você sai de uma estufa, vai para outra, você leva o esporo de um para o outro. E aí você acaba contaminando, matando o cogumelo. O cogumelo, em si, ele é muito sensível. E a opção que nós tivemos para fazer o cogumelo shiitake, foi, inclusive, em tora de eucalipto. Por quê? Nós temos eucalipto em abundância. O eucalipto, em primeiro lugar, ao invés dele se tornar lenha, ele se torna um meio de um produto alimentício.

Oradora não identificada: E reaproveita, ou não?



Leila Matajs: A madeira, depois que terminar a vida útil do cogumelo, a madeira, ela pode se tornar lenha. Ou ela vira compostagem. As nossas, do projeto inicial, elas viraram compostagem. Eu fiquei com dó de queimar, nesse ponto, eu fiquei com dó. Aí eu deixei lá as madeiras, elas vão se decompondo, e vai virar composto orgânico. Normal. Após a primeira frutificação, após a primeira colheita, essa tora volta para a sala, que nós chamamos de descanso, para aquelas pilhas, aquelas fogueiras, e elas produzem mais quatro a cinco vezes. Então a vida útil desta tora é de cinco a seis choques térmicos, mais ou menos. Depois ela é descartada. Ela ainda dá, sabe, mas começa a brotar um, dois, três, mas assim o ponto principal dela, o máximo são até seis choques.

Cons. Miriam: Eu gostaria de fazer uma pergunta: quanto tempo leva o treinamento de cada grupo que você mencionou, a capacitação?

Leila Matajs: O nosso projeto foi previsto para 18 meses. Porque ele leva... Nós estamos em capacitação ainda. Porque nós fizemos o primeiro choque. Então, como eu disse, são mais quatro choques. Nesse período, até terminar a vida útil dessas toras, vão acontecer vários problemas. Então as toras vão começar a apresentar doença, que o grupo vai ter que aprender a controlar, vão começar a aparecer os fungos invasores, que vão entrar e tentar destruir o cogumelo, e o fortalecimento da capacitação. Porque agora, o fortalecimento da comercialização. Porque, no projeto, não está previsto a formalização da associação. Mas nós estamos trabalhando com esse grupo, para que esse grupo aprenda a trabalhar em conjunto, passe a comprar em conjunto. Porque não é só o cogumelo e o húmus. Tem toda a estrutura da sua propriedade. Então isso, nós estamos moldando devagarzinho, com esse grupo. Então, eu creio que até o final do projeto, nós vamos estar com essa associação formalizada. Então vai ser assim, um ganho muito grande para o projeto. Para a sustentabilidade da região. Para o grupo. Porque eles não sabem comprar em grupo. Cada um compra a semente de uma determinada pessoa. Outro dia, eles estavam querendo comprar esterco de galinha. Então um vai comprar esterco de galinha não sei onde, outro vai comprar... Falei assim: "mas gente, por que que não compra... dez caminhões, precisa? Então, vamos reunir para a gente começar a comprar em grupo". "Ah, então a gente pode marcar para a gente sentar para ver isso". Então já é um primeiro passo. E a capacitação vai ser ainda, até o final. Porque não é só o produto. Mas é o grupo, em si, também.

Cons. Miriam: O grupo que iniciou esse projeto, ele estava capacitado em que áreas?

Leila Matajs: Eles são agricultores de...

Cons. Miriam: Não, não, não. Desculpe. O grupo formador, o que forma, vocês.

Leila Matajs: A nossa equipe?

Cons. Miriam: É. A equipe para formação. Estão capacitados em que áreas?

Leila Matajs: Olha, nós somos agricultores, eu sou formada em Administração, a outra diretora é pedagoga. Nós temos um ajudante geral que faz um pouco de tudo, ele foi capacitado. Todo esse grupo participou, tanto do projeto shiitake inicial, como... nós temos um outro projeto chamado Arado da Natureza, que é um projeto piloto, do húmus, também. Então nós fizemos esse projeto, sempre em conjunto com os agricultores, para que esse grupo fosse capacitado para que ele pudesse capacitar os outros agricultores. E foi mais fácil, porque nós não temos assim, engenheiros, técnicos, então o acesso com o agricultor é muito mais fácil. Porque quando chega uma pessoa com diploma... eles têm um pouco de receio, porque, a facilidade de confiança.



Coitados, nem advogado eles têm. Mas assim, não na forma de menosprezar um técnico, não, não é isso. Por favor, não entenda isso. Assim, é a facilidade da comunicação. Porque o coordenador, ele é agricultor. Então, eles vão falar a mesma linguagem. Então vai ter um técnico, nós temos o técnico que faz parte do projeto, que ele é o técnico agro-ecológico. Ele acompanha também. Mas assim, ele ouve mais do que fala. Porque a conversa mesmo é entre o grupo. E a troca de experiência que está acontecendo com o grupo, vai ajudando, inclusive, nos outros problemas, na própria propriedade. Que eles vão encontrando. Então é isso.

Coordenadora Helena Magozo: Leila, muito obrigada. Quer dizer, eu acho que nós atingimos o nosso objetivo, que era dessa aproximação mesmo, com o que está acontecendo. Porque aqui fica tão distante. Quer dizer, de repente, se aprova, você não tem idéia do que pode estar acontecendo na base, por isso que a gente, antes da apresentação do edital, previa já essa apresentação, que a Lúcia, na verdade, eu também inverti um pouco. Primeiro a Lúcia apresentaria um pouco a conversa que nós já tivemos, quais são os projetos apoiados já, lá na área, para a gente poder ter uma idéia do que está acontecendo, para poder pensar nesse outro edital.

Lúcia: Obrigada. Bom, agradeço mais uma vez a oportunidade, já estive aqui nessa casa algumas vezes, agradeço a Helena pelo convite, a gente vem sempre que é convidada. A idéia era sair do geral para o particular, mas agora nós vamos fazer o contrário. Pegar o exemplo dela, eu vou começar explicando um pouco o que ela falou. Eu sou engenheira agrônoma, sou funcionária de carreira da prefeitura, fazem dezoito anos. E trabalho nessa região há quatorze. Quando a gente chega para conversar com o agricultor, é muito complicado. Agricultor é um ser eminentemente prático. Gosta de fazer, e não de falar. É também bastante desconfiado. E a prefeitura, durante muito tempo, não teve nenhuma atuação com os agricultores. Agora que tem, com a Casa da Agricultura Ecológica. Mas que tem um agrônomo, que não consegue fazer o corpo-a-corpo, que é necessário para trabalhar com o agricultor. O estado tem uma Casa da Agricultura, em São Paulo, que não atende essa região. Então ali sempre foi um abandono. Então sempre que chega a prefeitura, por exemplo, talvez um pouco disso a Leila quis dizer: "ah, de novo, vocês vêm com essa conversa? E o que que nós vamos fazer?" Isso é uma coisa que eu escutei muito na região. E outra coisa, é que: "Ah, mas isso só dá certo em quem é de fora". "Ah, se vier um gringo aqui, plantar shiitake, vai dar certo. Agora, um agricultor daqui, não vai dar certo". Aí o que esse projeto tem de legal? Estrategicamente, o coordenador de campo é um cara nascido e criado na região. Um neto, bisneto, tataraneto de agricultor da região. Então isso confere uma credibilidade que a gente não ia ter nunca. Então já sai na frente nesse game. É estratégia. É nesse sentido também, que eu acho bacana o que a Leila colocou... eu vou falar um pouquinho aqui, do geral, dos projetos. E eu não posso falar de resultados ainda, porque a gente tem três projetos que foram financiados, um deles acabou de acabar, e os outros dois estão em andamento, então não dá para a gente trazer tanto resultados, mas eu sou gestora na APA do Capivari-Monos, e convivo com esse Conselho Gestor, do qual a Leila é conselheira, e ando muito na região. O que a gente tem visto são os resultados, que na verdade, são indiretos. A formação das redes entre os agricultores, e o que você trouxe, desde que a gente trabalha com as APAs, ela foi criada em 2001, mas a conversa vem de 97, a APA do Capivari, do Bororé é de 2006, a gente sonha que os agricultores tivessem uma associação. Porque se tornaria muito mais fácil atingir esse público, e nunca aconteceu. E já tiveram várias tentativas, tanto da gente, sempre de associações já existentes. A gente começou a pensar que o dia que fosse necessário, os agricultores teriam uma associação. O dia que eles sentissem a necessidade de se organizar para fazer alguma coisa que fosse concreta, que fosse além de escrever um estatuto e criar uma CNPJ, então isso está acontecendo agora, então esse é um ganho que não está previsto no projeto. Não está escrito nos resultados esperados. Nem poderia, porque ninguém tem certeza.



Mas eu coloco isso como um dos maiores ganhos para a região. A organização dos agricultores, dos empreendedores de turismo, enfim, dos artesãos, tudo isso, acho que vem no bojo desses editais. Na verdade é para as duas APAs, o edital, ele é para as duas APAs. A APA do Capivari é mais famosa do que a do Bororé, mas não é justo. A do Bororé também é muito interessante. Então o que eu escrevi aqui? É um quinto do território municipal as duas APAs, uma tem 25 mil hectares, a outra tem 9 mil hectares. Recursos hídricos é importantíssimo. A Billings, a Guarapiranga, as nascentes aqui dentro desse território, mata atlântica, o remanescente maior que tem, e é um remanescente, que ao contrário da Cantareira, ele não está dentro de um parque. Ele está em áreas particulares. À exceção desse pedacinho aqui, que é o parque Estadual da Serra do Mar. Então é fundamental a gente trabalhar com as pessoas. Nós não somos desse pedaço. Então muitas coisas a gente não faz. A gente articula para que seja feito. Eu acho que esse é o mérito desse tipo de política pública, que eu acho que distribui, devolve para a sociedade o dinheiro que foi gerado através de multas ambientais, ou, enfim, através de políticas ambientais. É uma política pública fundamental para uma área onde não é um parque, quer dizer, eu não decido o que vai ser feito lá dentro sozinha. A gente decide coletivamente. E não é tudo que a prefeitura pode fazer, com o recurso dela. É biodiversidade, é sócio-diversidade, aqui tem etnias indígenas, aqui tem colonização alemã, aqui tem colonização japonesa, e tem um pessoal que veio depois, e toda essa mistura traz coisas muito interessantes. É patrimônio histórico, que uma das linhas do FEMA contempla, sempre com viés ambiental e educativo, produção de alimentos. E o quê? Pressão da expansão urbana, a gente vê o roxo, que é a cidade, e aqui é Embu Guaçu, também pressiona, e baixos indicadores sociais. Se eu pegar esse mapa e olhar no Atlas ambiental, eu vou ver os distritos de Parelheiros, Marcilique e Grajaú. Os piores IDHs, então isso traz alguns desafios para a gente. Aqui é uma amostra das paisagens naturais, e sociais e antrópicas e culturais da APA do Capivari-Monos. E aqui da APA do Bororé, essa é uma casa histórica, tombada pelo patrimônio, aqui é a igreja também tombada pelo patrimônio, a Billings. Só para ter uma idéia geral, para quem nunca foi lá. Os desafios principais, que eu coloquei aqui para a gestão das APAs. Primeiro é, e é para isso que elas servem, conservar os serviços ambientais proporcionados pelas APAs e pela região. A gente fala conservar. Na verdade, não são estratégias de preservação, como os parques. São de conservação. Então uso, sim, mas uso regulado, uso sustentável, e essa sustentabilidade ela vem muito dos pactos. Mesmo os Conselhos, eles são paritários, então a gente estabelece alianças com a sociedade civil. E essas alianças, elas vão sendo progressivamente aprimoradas. Tenho visto isso no processo de seis anos de conselho da APA do Capivari-Monos e de dois anos e pouquinho da APA do Bororé. Diminuir a exclusão social, obviamente, desenvolver a gestão participativa, e a co-responsabilização, e acho que nessa linha caminham os editais, e valorizar a região, sem incentivar sua degradação. Quer dizer, valorizar com coisas interessantes para a produção de água e a manutenção dos serviços ambientais. Não seria valorizar com urbanização, abrir estrada, embora existam alguns impactos aí. De propósito eu não pus Rodoanel na apresentação porque eu sabia que ia ter engenheiro, aqui. Eu também sou engenheira agrônoma. Conselhos gestores e câmaras técnicas atuantes, as duas APAs têm conselhos gestores atuantes e câmaras técnicas atuantes. Educação ambiental sempre permanente, e aí assim, o edital da FEMA para as APAs, ele não tem uma linha temática de educação ambiental. O que ele tem é uma dimensão educativa, que é fundamental para o projeto ser aprovado. Eu vou falar um pouquinho como foi o processo, daqui a pouquinho, mas foram os próprios conselhos gestores que indicaram as linhas temáticas que a gente trouxe aqui para o FEMA. Porque a demanda foi nossa. A gente que veio aqui, bater na porta da Helena, e falar: "Helena, vamos fazer um edital? A gente escreve. A gente ajuda a escrever. A gente ajuda tudo". É verdade. Porque foi uma demanda dos conselhos, que a gente, funcionário, trouxe. Mas não é concorrência. Porque conforme a Helena explicou bem, existem recursos para que outras coisas aconteçam concomitantemente. Incentivo às atividades econômicas compatíveis com a proteção ambiental. Daí entra total, o edital. E fiscalização



adequada. Aí não tem jeito. Este é prerrogativa do Poder Público. Não dá para delegar. Todos os outros dão para co-responsabilizar, e tal, mas fiscalização, fiscalização é a gente mesmo. Agora, se a gente tivesse as coisas todas funcionando, isso a realidade tem nos mostrado, a gente precisa de menos fiscalização. Porque em vez de fiscal, a gente tem as pessoas guardando. Esse pessoal que a Leila mostrou, o cara não vai desmatar. Então é nessa linha que a gente busca trabalhar. São essas as linhas temáticas, recursos florestais, no primeiro chamava recursos florestais e hídricos, depois isso não deu muito certo, foi separado, agricultura e desenvolvimento rural, turismo sustentável, recursos hídricos que entrou junto com saneamento e saúde, que antes era separado, era lá no recursos florestais, biodiversidade, sócio diversidade, e fortalecimento das organizações da sociedade civil. Essa só tem no FEMA 4. E foi também uma demanda que veio depois. Eu vou mostrar uma tabela que mostra direitinho porque que essa demanda apareceu. Por que não tem educação ambiental? Foram os próprios conselhos que sugeriram. A gente não quer projeto de folder. A gente não quer projeto de cartaz. A gente não quer custo. Só o curso. Se for curso para aprender a fazer alguma coisa, beleza. Agora, folder e cartaz, é legal, mas não resolve. Então isso foi uma experiência das pessoas. Agora, se dentro do projeto Raízes existe um processo de capacitação, maravilha. Porque, na verdade, os projetos, ao mesmo tempo, eu acho que é mais fácil de construir um projeto. Se montar um curso. Agora, de fazer um projeto bom, é mais difícil. Vide a experiência do FEMA 5. Eu conheço um pouco. Têm projetos excelentes, mas tem muito projeto que não sai da mesmice. Isso que a gente quis evitar. Bom, a Helena já falou, então eu não vou me detalhar neste quadro. Ela mostrou na hora que eu cheguei aqui na reunião, mas eu não vou detalhar. Só vou falar uma coisa dele. No FEMA 4, na primeira etapa, porque a segunda está em andamento, não dá para saber, a gente teve, dos sete projetos habilitados, quatro projetos aprovados. Então, mais da metade. E aqui, teve uma diferença. A gente fez duas oficinas de capacitação para fazer projeto. E agora, no FEMA 6, se os senhores aprovarem, nós vamos fazer uma oficina muito mais caprichada. Por enquanto, isso é iniciativa da gente, da Duque, junto com o FEMA. Mas aí, vai de encontro à idéia dele, que é fundamental. A gente viu que funciona. Outra coisa aqui, muita gente que entrou e não foi habilitado, porque estava com a documentação errada, entrou de novo na etapa 2. E gente que tomou pau na etapa 2, porque o projeto não estava bom, entrou primeiro na etapa 3. Entrou de novo, na etapa 3. Ou então na etapa 4. Então, a gente tem visto alguns projetos, eu digo assim, eu não analiso projeto, mas acompanho o projeto depois que ele está aprovado. Então a gente tem acesso a projetos só depois que ele já está aprovado. A gente tem visto melhoras na consistência do projeto. O edital 4, ele é mais sucinto, ele tem planilhas, que o 3 não tinha, então ele já força a ONG a fazer um projeto mais... porque é difícil fazer conta. Não é todo mundo que sabe. Então precisa fazer. Porque se não fizer, depois não consegue fazer o que a Leila fez agora. E então isso é uma coisa bacana, que o FEMA faz, a gente ouviu muitos elogios, Helena, Mara, Márcia, todo mundo, por causa disso. O FEMA devolve projeto, ele manda o projeto para ajuste, dizendo o que é que você tem que melhorar. A pessoa melhora. Se o projeto não for aprovado, o FEMA devolve o projeto para o proponente, dizendo porque é que ele não foi aprovado. Isso é excelente. Nenhum fundo faz isso. Nós, da prefeitura, já tivemos um projeto não aprovado no Fundo Nacional, a gente não sabe porquê. Você não sabe porquê. Você sabe que não foi aprovado. Então o saber porquê é educativo. Então a gente vai aprimorando aos poucos. Então aqui, do total, treze projetos, só que em andamento mesmo, são três. Porque quatro foram efetivamente financiados, um foi sustado, os senhores conhecem, e os outros três, um acabou de acabar, e os outros dois estão acontecendo. Parece pouco, em termos de número, pode ser. Mas aí no mapa... O que tem mais projeto por enquanto? Agricultura e desenvolvimento sustentável, turismo, sócio-diversidade e cultura, e recursos florestais. Que são mais recentes, esses daí. A gente tem, em andamento, de agricultura e desenvolvimento sustentável e de turismo. Três. Essa linha de recursos hídricos, saneamento e saúde, é uma linha que ela traz muita coisa, que, como a Helena falou, coleta de lixo, saneamento, que é muito mais identificado com aquilo que o Poder Público faz. Eu deveria



fazer. Então preencher esta lacuna é difícil, mesmo com editais. E aí, assim, dos colegas engenheiros, essa linha foi proposta por uma Conselheira, que tem um problema seriíssimo de saneamento no Marcilaque que ninguém consegue resolver. E a prefeitura não pode resolver porque não é da conta dela. Ela não pode pegar dinheiro orçamentário e colocar lá. Então assim, a gente gostaria muito que tivesse um bom projeto, porque ela sozinha, obviamente, não sabe fazer um projeto de saneamento. Está feito aí um apelo. Quem conhecer alguém, quiser, se interessar, tiver vontade, é um desafio bacana de saneamento numa comunidade rural isolada. Outra coisa aqui, biodiversidade, no começo suscitou muita curiosidade. Só que, por uma prerrogativa da própria secretaria, não pôde fazer pesquisa. Então muita gente que estava interessada, caiu fora. Fortalecimento das organizações sociais, só tem no edital 4, então não tem nenhum aprovado ainda, não sabemos se vai ter. Eu tentei distribuir espacialmente, nas duas APAs, os projetos. Porque acho que isso mostra para a gente como é que essa rede está se configurando, e como é que esses projetos, eles vão, como se fossem, assim, vamos dizer assim, fincando bandeiras no território. Em torno dessa bandeira acontece alguma coisa concreta. E essa coisa concreta chama a atenção dos outros. E assim a coisa vai se dinamizando. Que é o exemplo que a Leila trouxe, que ela, no projeto Raízes, compra aventais e outras coisas de uma artesã que fica lá na barragem. Então isso é bom. O pessoal que conhece e vai à feirinha Raízes, vai lá, pega um folder, e vai visitar o projeto Juruá Jarú Nhanderekoa, na aldeia indígena. E depois passa lá para comprar shiitake, na hora que ele está indo embora, com o artesanato. Isso é importante. Aqui eu mostro em verde escuro, quase preto, duas bolinhas, os projetos de recursos florestais. Um na aldeia indígena Tenonde Porá, o outro, Escolas Ecológicas. Esses projetos, estão os contratos recentemente assinados. Então eles estão entrando agora. A gente não tem ainda a análise deles. Os outros que estão em vermelho, são de turismo. Aqui, é um projeto de turismo que está sediado em Marcilaque, mas aí essa bola grande em volta dele, significa que ele é um projeto que envolve toda a APA do Capivari-Monos, porque ele é um projeto de banco de dados e rede. Nós, da Duque, estamos usando esses dados num projeto que a gente tem, que é diferente. É uma licitação para fazer um diagnóstico. Então o que esse pessoal produziu entrou no diagnóstico. Aqui, lá em cima, tem um outro projeto de turismo, que é de capacitação. E ele também envolve toda a APA do Bororé, e os dois se imbricam. Só que esse aqui já aconteceu, e esse aqui, ele está começando a acontecer. Aqui é na aldeia indígena, o outro vermelhinho, este é um projeto de turismo que seria apresentado hoje, e ele é focado na aldeia indígena. Aqui, os em amarelo, são os de agricultura e desenvolvimento. Então aqui, é o Raízes. Eu pinteí com pretinho, aqueles que estão financiados. Que esses daqui, a gente sabe que estão acontecendo ou aconteceram. Desses, a gente tem informação mesmo. Dos outros, se sabe que são bons projetos. E aí, esse aqui, que está aqui, próximo, é um projeto de extensão rural agro-ecológica, e o tomador é a Associação de Agricultura Orgânica. Secretário, o senhor fez uma pergunta interessante a respeito de certificação. Talvez este outro projeto, ele possa, ele também não tem objetivo de certificar. Até porque, certificar é caro, e ninguém garante que vá certificar no final do processo. Mas, ele se articula com esse outro projeto, e também com aquele que está lá em cima, que é da Cinco Elementos, que também é de capacitação em agricultura orgânica, também envolve certificadoras. Então essa rede, ela pode trazer a estratégia para certificação. Porque aqui, trabalha com dez. Aqui, vai trabalhar com trinta. É isso que o projeto se propõe. Ali acho que é vinte e cinco. Então quer dizer, claro que vai ter coincidência. Vai ter produtor do Raízes que vai estar capacitado pelo Água Doce. Então isso vai criando uma rede, mesmo, que é o que se deseja. Aqui é biodiversidade, e ali em cima, azulzinho, é um projeto com pescadores, e sócio-diversidade, os três cor-de-rosa. Um na colônia, um na APA Bororé Colônia, que é um projeto de dança, de um grupo de dança afro, que trabalha com jovens e também faz capacitação para o meio-ambiente, e aqui, o outro, tem sede na aldeia Tenonde Porá, mas é financiado pelo IDET, que na verdade é uma ONG daqui do centro, que trabalha com indígenas, Instituto de Defesa das Tradições Indígenas, que fez parceria com a Tenonde Porá, e aí tem



essas linhas, porque esse projeto, na verdade ele sai da Tenonde Porá, mas ele se articula, principalmente, com duas terras indígenas. Uma que fica em Itanhaém, São Paulo, que está dentro da APA e a outra que é a Curucutú. Mas ele sai e ele dialoga com todas as terras indígenas guarani do estado de São Paulo. Mas o foco irradiador é aqui. Esse é o panorama geral, e acho que essa idéia de articulação entre os projetos de rede, é o que vai alinhando essa sustentabilidade. E são coisas que a prefeitura não tem como ela ir lá e fazer. Nem posso fazer. Mas essa política de possibilitar que seja feito, é uma política pública que acho que tem se mostrado fundamental para a sustentabilidade dessas regiões. Sem prejuízo, é claro, de que faça isso em outros lugares. Eu fui numa reunião de Agenda 21, e o pessoal falou: "Por que não tem FEMA para a Agenda 21?". A gente falou: "Pode ter. Por que não?". Vem aqui, conversa, dialoga, se articula. Mas pode. O último, falando de dinheiro, aqui, do FEMA 3, foram esse dinheiro trezentos e cinco mil, cento e oitenta e sete reais, já tira os quarenta e dois do projeto sustado. O FEMA 3, quinhentos e quinze setecentos e oitenta e sete. O FEMA 4, setecentos e sessenta e seis, cento e noventa. Dos quais, de fato, só os trezentos e cinco é que estão sendo desembolsados. Esses outros vão começar. Então são um milhão e quinhentos e oitenta e sete mil reais. Desses trezentos e cinco, se eu fosse a primeira a falar, eu ia dizer que os dois projetos que iam ser apresentados agora, que é o Raízes e o Juruá Jarú Nhanderekoa, eles gastam duzentos e vinte cinco mil reais. E que a gente não seria capaz de fazer com duzentos e vinte cinco mil reais uma coisa que deixasse tanta semente. Porque não é isso que nós, os gestores da APA, fazemos. A gente articula para que seja feito. Eu não tenho como ir lá, visitar agricultor todos os dias. Nem com todo o dinheiro do mundo. Não dá. Agora, ela faz isso. E monitorado por nós, é claro. Porque esses projetos são avaliados mensalmente, por uma comissão, que às vezes... tanto que houve um projeto, como os senhores viram, que foi sustado. Aqui está o meu e-mail, o meu telefone, se alguém quiser saber mais alguma coisa. E eu sinto muito que a Ana Paula não tenha conseguido chegar, para fazer o projeto Juruá Jarú Nhanderekoa, então eu vou falar rapidinho dele. Ele é um projeto de turismo, na aldeia Tenoã Deporã, e o turismo na aldeia Tenoã Deporã, ele já acontece. Não foi inventado pelo projeto. Então qual que é a proposta do projeto? Organizar o turismo e fazer com que ele gere mais renda para os índios. Ele já gera, mas não rola uma coordenação. Agora, está acontecendo. Então, o que a gente tem visto. A aldeia está muito mais limpa, porque dentro do projeto está o mutirão de limpeza, e depois, a colocação de lixeiras que são construídas pelos guarani. E a conscientização. Então está muito mais limpo. Está começando a ter a questão da alimentação, que não tinha, isso também está no projeto. O coral está uniformizado, que não estava. Isso também está no projeto. O artesanato está ganhando qualidade, quem foi visitar, ganhou inclusive, um colar. E agora, a divulgação ficou pronta. Eu até vi o folder só em meio digital. A Ana ia trazer o folder para vocês, porque já está fazendo mesmo a visitação pelo projeto. Então já tem o folder com o telefone. Chama a atenção os projetos na terra indígena, isso é uma coisa que preocupou no primeiro edital 3, foram enviados três projetos da Tenoã Deporã, e o FEMA aprovou o melhor, que foi o de turismo. E acho que isso foi bacana, porque deu tempo dessa entidade ir se aprimorando, não é fácil gerenciar projeto. Mas estão indo bastante bem. E têm mais dois aí, que estão sendo aprovados. E essa é uma comunidade extremamente carente. E uma particularidade dessa região do município de São Paulo. Eu agradeço a atenção de vocês, e espero que a gente tenha, ainda, pela última vez, esse edital 6, que a gente venha a consolidar essa política pública. E eu queria fazer uma sugestão, quando eu ouvi vocês falando da proporcionalidade, algumas linhas temáticas que estão aí, servem para a cidade inteira. E a gente pode trabalhar com proporcionalidade. Outras, elas vão servir para a extrema zona Leste, para a zona Norte, então dá para fazer esses arranjos, também. Às vezes, um edital que tem tantas linhas temáticas, ele é complicado, complicado de analisar, complicado de gerenciar, então talvez para adicionar, e fazer algumas coisas pela cidade inteira, mais curto, alguma coisa nesse sentido. Eu só tenho a dizer que tem sido uma experiência muito boa, e a gente vai poder colocar números para vocês, daqui



a um tempo. Agora, não dá para a gente dizer, quanto aumentou a renda do agricultor em média, na região. Mas, eu acho que, daqui a alguns anos, a gente vai poder fazer isso. Muito obrigada.

Cons. Miriam: Nessa questão de apoiar o morador, o agricultor, eu gostaria de saber se há também uma preocupação com a fixação do agricultor na região, para garantir esse cinturão verde?

Lúcia: É. Isso mesmo. É para isso que se apóia, inclusive, o agricultor na região. Porque sempre observou, especialmente na região da APA do Capivari-Monos, que a agricultura, ela forma uma espécie de barreira, entre a frente de expansão urbana e a mata. Não temos interesse em desmatar para fazer agricultura. Não é isso. Mas qualificar. E a agricultura tem essa função de barreira. Agora, terra agrícola não é invadida. Agora, quando o agricultor vai embora porque ele quebrou, vai embora para o Japão aí abandona, vira herança complicada, então já vira lugar que pode acontecer a invasão. E outra coisa, a agricultura também tem impacto sobre os mananciais. Então qualificá-la no sentido de conversão, progressiva para orgânica, que é coisa que não vai acontecer assim. Que vai acontecer progressivamente. Tem outros dois projetos que não são financiados pelo FEMA, que também acontecem na região, com agricultura orgânica. Eu sei até que eles têm um interesse, se houver um FEMA 6, de complementar o que já vêm fazendo.

Cons. Miriam: Parabéns pelo trabalho de vocês. Principalmente essa preocupação de trazer as políticas públicas para o local. Porque há um distanciamento muito grande. Inclusive, evidenciar os resultados das políticas públicas. O que falta nesse país são políticas públicas.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Lúcia. Eu só queria complementar a informação da Lúcia, no seguinte sentido: os projetos aprovados no edital 3 e no 4, primeira fase, todos os projetos que as entidades apresentaram a documentação até o tempo da abertura, que agora fechou a questão orçamentária, a abertura, os convênios, foram autorizados, eles estão assinando os convênios. E até queria apresentar para vocês o Ricardo Fraga, que agora é membro nosso, do FEMA, vocês conhecem todo mundo, por isso que eu não vou identificar de novo. O Ricardo tem ajudado muito nessa questão da gente estar agilizando a questão dos convênios, junto com o Rubens, com a Ana Regina, (incompreensível), então a gente tem agilizado essa parte. Quer dizer, o que depende de nós, estamos tocando com mais agilidade. Então agora, vamos para a ordem do dia, que seria a apreciação e deliberação sobre a minuta do edital FEMA número 6. Então está aberto para comentários, alguma apreciação dos Conselheiros.

Orador não identificado: Acho que nós já fizemos as considerações, Helena. Acho que pode ir direto.

Coordenadora Helena Magozo: Podemos ir já para a deliberação? Algum conselheiro quer colocar alguma coisa? Vamos para a deliberação. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação desta minuta, do edital FEMA número 6, dedicado às APAs Capivari-Monos e Bororé Colônia, permaneçam como estão. Então por unanimidade, a minuta do edital, o edital foi aprovado.

Orador não identificado: Você foi convincente.

Coordenadora Helena Magozo: Muito obrigado pela mente aberta, pela escuta aberta, Eduardo, a gente tem uma posição. Você chegou depois, a gente discutiu o porquê do edital, fundamentou, e eles tinham uma idéia de não aprovar, e estão aprovando por unanimidade o edital.



Secretário Executivo Rubens Borges: Só um pequeno detalhe para os Conselheiros. Na verdade, essa apresentação traz, para mais próximo da gente, o resultado do trabalho do que a gente fez, das aprovações, dos editais, e quando a gente estava discutindo o edital antes da apresentação, a visão era uma. Depois que a gente obteve os resultados, e que a gente viu o que está acontecendo, qual é a repercussão disso tudo para aquela sociedade, para aquela região que é carente de uma atenção especial, a gente pára para pensar novamente, se realmente não vale a pena a gente investir um pouco mais naquela região. Claro que o resto da cidade também tem regiões carentes, que têm outras necessidades. Mas eu acho importante. E para nós, do FEMA, a equipe técnica do FEMA, é um orgulho a gente ver um resultado desse, porque é a dedicação de muito tempo, a dedicação de técnicos, não só da equipe do FEMA, mas de toda a Secretaria, que colabora, o pessoal da Duque, as comissões que acompanham os projetos, então é motivo de orgulho, e de saber que isso aqui repercute no resto do Brasil. Assim como o Sérgio falou, ele esteve em Brasília, levou os resultados do FEMA para lá, e isso é importante para a gente. É o reconhecimento do trabalho da equipe técnica do FEMA e dos Conselheiros. Que afinal de contas, as deliberações estão aqui. Obrigado.

Cons. Miriam: Gostei muito da aplicação do adjetivo carente, ao governo, às decisões governamentais, e como você colocou. Porque o que sempre passa, é a população carente, a criança carente, eles não são carentes, eles são pobres. Eles são criativos, eles são trabalhadores, eles precisam de oportunidades. Só isso. E o governo é carente no momento que não dá oportunidades, que no caso, eu botaria as políticas públicas, que é a forma do governo estar mais próximo das necessidades da população. Você aplicou, pela primeira vez eu ouço essa palavra aplicada muito bem.

Coordenadora Helena Magozo: Então eu queria agradecer a todos e a todas, agradecer a colaboração desse ano de trabalho, teremos muito trabalho, ainda, no ano que vem. O Sérgio quer falar um pouquinho, por favor Sérgio.

Cons. Sérgio Costa: Eu ia deixar para o final, falar do encontro lá no Banco Mundial, do Fundo Nacional de Meio Ambiente, mas acabei me expressando logo no início, mas quero dar continuidade, porque acho muito importante. Eu senti, em Brasília, muito orgulho de ser paulistano. Que nem o Ronaldinho, quando falou da Ferrari vermelha dele. Então assim, eu senti muito orgulho de ser paulistano, fazer parte aqui da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, estar integrando o FEMA, porque nós, lá, somos um exemplo. É um exemplo de trabalho, é um exemplo de... um trabalho que deu certo. É reconhecido. A gente, quando é conhecido, é uma coisa, mas se é reconhecido, é outra. Então eu, como paulistano, falando em nome de todos os senhores, dentro do Banco Mundial, e ainda que me fiz acompanhar por três engenheiros, eu tirei três engenheiros do encontro internacional de engenharia, que estava acontecendo, e falei para eles: "Nós vamos lá falar de business". Engenheiro faz business. Engenheiro não vai ficar muito tempo fazendo anteprojeto, e projeto, e anteprojeto. Nós vamos para o business. Nós vamos falar dentro do Banco Mundial, vamos falar de verba, de desenvolvimento sustentável, de meio ambiente, mas na prática. Nós vamos falar de verba. E essa discussão para esses três engenheiros, que um deles era de Lavras, e dois de Florianópolis, foi uma discussão muito rica. Eles saíram de lá empolgadíssimos. A ponto de colocar os pais para tentar levá-los até o prefeito, para tentar abrir fundos, lá. Eu falei: "Isso é um caminho. O caminho de São Paulo deu certo". Devem ter N aterros no Brasil, que poderiam estar fazendo a venda do crédito de carbono, e outras situações que poderiam estar sendo discutidas em nível nacional. E fora das questões, inclusive, temáticas que são sempre discutidas dentro daquele universo político, que a gente conhece: conferência das cidades. Eu estava dizendo a até uma das conselheiras do Fundo Nacional, chegar conselheiro do Fundo Nacional, significa estar dentro de uma entidade



reconhecida, é difícil você tirar alguém da população, alguém lá da ponta, necessitado, esse agricultor, que tanto luta, a dona Leila, uma pessoa que você tira lá da ponta, e leva para ser conselheiro no Fundo Nacional de Meio-Ambiente. Ele tem que passar por toda uma série de questões, para poder chegar até lá. Essa discussão dentro do Fundo Nacional de Meio Ambiente, para mim foi muito rica, muito salutar, até porque me fiz acompanhar pelos três engenheiros, e eles sentiram o peso da cidade de São Paulo. Saíram empolgadíssimos dessa reunião. Então eu tenho muito a agradecer a vocês e desejar para todos vocês, esse ano nós tivemos um ano de muita produtividade, desejar a vocês um ótimo natal, um feliz ano novo, porque acho que a gente não se encontra mais. E mais uma vez ressaltar, o Instituto de Engenharia se encontra sempre à disposição. Agora, com dois conselheiros aqui, qualquer dia... Nós podemos ser a maioria ainda. Muito obrigado a todos. Obrigado Secretário.

Coordenadora Helena Magozo: Então muito obrigada. Bom natal, bom ano e bom trabalho. O Eduardo quer falar um pouquinho.

Presidente Eduardo Jorge: Primeiro, eu queria agradecer em nome da Secretaria, do prefeito, da prefeitura, o trabalho de todos os funcionários, e dos Conselheiros, aqui no Conselho. Eu não vi a descrição toda do Sérgio, estou até interessado em depois a Helena me contar como é que foi. Porque houve uma reunião que os funcionários nossos, foram, no Rio Grande do Norte, acho que há uns dois anos atrás, e precisaria ver como é que isso evoluiu. Porque naquela época, vocês tinham relatado que poucos fundos estavam andando. Eu queria ver, depois, como isso está evoluindo, para a gente manter, fazer uma correspondência, para a ANAMA, que é a Associação de Secretários Municipais e de Meio-Ambiente, dizendo: "olha, a nossa experiência é: fomos em Natal, estava assim, Natal para cá evoluiu isso, teve essa outra experiência". Porque não é possível que uma área dessas que reclama de recursos, não se mobilize para gastar recursos que estão à sua disposição. Então eu queria ver se a gente, a Secretaria do Verde, aproveita a experiência de vocês, do Sérgio, e faz uma correspondência com o Ministro, para a ANAMA, sobre a história dos Fundos. Além disso, além de agradecer a todos vocês, eu queria lembrar dois projetos que o prefeito mandou para a Câmara e que vai ter uma influência muito grande na questão do meio ambiente em São Paulo, e a Câmara ainda não se resolveu a votar ou não. O primeiro deles, é que faz uma pequena reformulação da Secretaria do Verde, pequena, pelo tamanho da reformulação que nós necessitaríamos, mas a prefeitura tem duas prioridades básicas, que são a Educação e a Saúde, com as quais eu concordo que o prefeito está gastando 53% do orçamento, e é lá que é o principal gasto, eu não vou reclamar isso de jeito nenhum. Mas isso significa um sacrifício muito grande para todas as outras áreas, que a gente tem que suportar essa prioridade absoluta, para a Educação e para a Saúde. A Secretaria aumentou o orçamento de setenta milhões no último ano, no governo anterior, para cerca de trezentos milhões esse ano. Então houve um aumento muito grande. Nós éramos 0,4% de orçamento, que é a média dos orçamentos de secretaria, de Ministério do Meio-Ambiente, Secretaria estadual de... O IPEA fez um estudo, há uns dois anos atrás, e essa é a média: 0,4%. Pega o Ministério do Meio Ambiente, quer que ele articule a defesa da Amazônia com 0,4% do orçamento. É isso que a Marina tinha, é isso que o Mink tem. Não tem mais que isso. Aqui, a gente saiu de 0,4% que era em setenta milhões, em 2004, para uns trezentos milhões esse ano. Então houve um aumento de 0,4 para 1,2, aumentou três vezes. Foi a Secretaria que percentualmente, aumentou mais. Mas mesmo assim, é 1,2%. Tem que reconhecer que houve uma coerência no discurso do prefeito, que disse que Meio Ambiente ia ser uma prioridade abaixo da Educação e Saúde, como eu já disse aqui. Que a Secretaria concorda que o prefeito faça isso. Mas nas outras, a gente foi uma das que mais cresceu. Só que tem uma dificuldade, que a gente tenta realizar esse orçamento, com os mesmos mil homens e mulheres que a gente tinha em 2005, 2004. Então outra política do governo é uma política muito restritiva de aumento de pessoal. Salvo educação e saúde, insisto, que isso aí vem



crescendo muito. E a gente está agüentando trabalhar com as mesmas mil pessoas que a gente tinha. Só que o orçamento, três vezes, quase quatro. Então isso exige um esforço muito maior dos funcionários. Para tentar realizar o orçamento, nem sempre a gente consegue realizar tudo. Além de que vários outros programas, inspeção veicular, crédito de carbono, criação de parques, a gente estava parado em um parque em doze anos. Agora tem vinte e cinco, sei lá, trinta obras em andamento. Então tem um projeto que o prefeito mandou, no começo do ano, a única brecha que a gente teve na contratação de pessoal, foi que finalmente, agora, entrou 15 agrônomos, a maioria deles estão na área de TCA, que é uma área que começou há uns 6, 7, 8 anos atrás, sistema de compensação ambiental, e que o Tribunal de Contas vem cobrando um acompanhamento desses termos, já desde cinco, seis, sete anos atrás. A gente tem que ir lá ver, como é que terminou. Então agora a gente tem um grupo grande de agrônomos, a maioria deles foi para essa área do sistema de compensação ambiental, para aumentar a rapidez no sistema de compensação, que as empresas privadas e o poder público pedem, e rever todo o passado, colocar tudo em dia. E com a criação de 180 cargos de fiscais de meio ambiente, nós vamos poder substituir os antigos 80 cargos, que eram cargos de comissão e precários, foi assim que foi criada a Secretaria, por cargos de carreira próprios para os fiscais. Só que, dos 180, o planejamento só autorizou a gente a chamar trinta. Então nós chamamos quinze agrônomos, já estão aqui quatorze, chegaram já, já tomaram posse e dos trinta fiscais, vinte já tomaram posse, dez não tinham pré-requisito, estão chamando mais dez. E vamos pedir os outros 150 mais na frente. Então essa foi a única brecha de pessoal que a Secretaria de Planejamento e Finanças concordaram, Gestão, concordaram. Assim, esse projeto, número 1, que está com uma pequena reformulação na Secretaria do Verde, ele amplia um pouco, porque de 4 núcleos descentralizados passa para dez, então você, ao invés de quatro núcleos só que foi feito com o pessoal daqui, a gente só remanejou, não teve pessoal novo nenhum. Só remanejou, que os quatro núcleos (incompreensível) com a subprefeitura, e comunidades, e agora, dos quatro, passariam para dez, e ter um pouco mais de cargo para isso. A zona leste, por exemplo, tem um núcleo só, para quatro milhões de habitantes. E oito ou nove subprefeituras. Mas não tinha nada, agora tem isso. A zona sul, que é uma população menor, mas é uma região enorme, ela tem um núcleo só para cuidar desde a Cidade Ademar, até Parelheiros, M Boi , e Capela, tudo. E esse projeto, ele aumenta de quatro para dez núcleos, e um pouco mais de cargos para isso. E amplia a representação democrática do Conselho Municipal de Meio Ambiente, oficializando os Conselhos regionais, que vão servir de base descentralizada para o Conselho Municipal, que até hoje, sempre foi centralizado só aqui no Paraíso. São as duas modificações mais importantes desse projeto. Ampliar os núcleos e ampliar a representação mais democrática para os Conselhos. Ah, sim, e também a criação dos cargos de diretores de parque dos parques novos. A gente está inaugurando os parques, e não tem cargo de diretor. Mesma coisa que você inaugurar uma escola sem diretor. Uma unidade de base sem diretor. Eu vi que alguns vereadores da oposição estavam reclamando porque a gente estava criando cargo para diretor, mas ele concorda em inaugurar uma escola sem diretor? Uma unidade básica sem diretor? “Ah, porque o cargo é de confiança”. Então, faça uma emenda, e diga que aquele é um cargo de carreira, para mim é até melhor. Mais fácil. Quem indicou que fosse cargo de confiança, como sempre foi, foi a própria Secretaria de Gestão. Mas é só emendar. Faça uma carreira e pronto. Mas o problema é que a gente não pode ter os parques sem diretor. Esse projeto, então, é um projeto de reforma inicial da Secretaria do Verde, para adaptar essa nova realidade, de ter um orçamento três vezes, quatro vezes maior, e uma importância maior que a Secretaria está tendo na prefeitura. Esse aí dá tempo de ser votado, e aliás, já deveria ter sido votado, porque ele está lá desde o começo do ano. Se os vereadores concordarem. Então por isso era importantes vocês, se não tinham o conhecimento, e tiver contato com algum vereador, falar da importância dele. A única crítica que eu ouvi, até saiu uma notinha no jornal, na Folha de São Paulo, é que isso cria cargo de confiança. Não pode, mas é assim. É assim, e inclusive, antigamente, os cargos de confiança



eram DA 5, DA 6, a gente revalorizou o cargo e exigiu nível universitário em Gestão Ambiental, fez processo seletivo. Essa “reforminha” que a gente fez, já melhorou a qualidade de administração dos parques 100%. Vereador, cuida de Câmara. Parque, cuida a Secretaria do Verde. Então isso já melhorou, sem gastar nada praticamente, só um pouquinho de aumento de salário, que passou de um DA 5, DA 6, para um DA 9, DA 10, DA 11, já tem um salto grande. Agora, se você for fazer a carreira, a carreira é um programa mais complexo. Eu preciso de um diretor de parque hoje, ontem, porque já têm vários parques inaugurados e não têm cargo de diretor. É só uma emenda dizendo assim, se eu fosse parlamentar eu diria: "eu aprovo esse diretor de parque", daqui a seis meses a prefeitura encaminha um projeto de criação de carreira. É uma emendinha. É só o parlamentar pensar um pouco, ele resolve os dois problemas. A Helena podia ver o número do projeto e passar. O outro projeto, esse, mais importante, sim, porque esse segundo projeto, o segundo projeto é o mais importante, do nosso ponto de vista, do meu ponto de vista, é o mais importante projeto que o prefeito mandou para a Câmara, que é o 530/08. Ele mandou agora em agosto. Que é o projeto sobre mudanças climáticas. Passou um ano e meio sendo discutido, Fundação Getúlio Vargas, **ICLEI**, depois dentro do governo, todas as Secretarias novamente opinaram, primeiro semestre inteirinho, e finalmente o prefeito mandou agora, em agosto. O projeto 530/08. Tem 50 artigos, tem uns 100 incisos e parágrafos, e mexe com a vida da cidade inteira. Por quê? Porque é o primeiro projeto do Brasil abrangente, falando sobre mudanças climáticas. Primeiro do Brasil. Nem o governo federal tem, nem o governo estadual de São Paulo tem, nenhum município tem. Tem alguns pequenos projetos de vereadores, que falam sobre esse assunto. São projetos específicos, pontuais, mas esse fala de habitação, de transporte, de energia, de arborização, de adaptação, é um projeto que prevê como a cidade de São Paulo, como Londres e como Nova Iorque já têm, coloca metas, coloca a cidade de São Paulo num patamar que Londres e Nova Iorque já têm, de planejar a cidade para entrar na questão da era da necessidade de combater o aquecimento global. A imprensa, é incrível como a imprensa tem dificuldade de ler, o repórter tem dificuldade de se concentrar para ler, o único item desse projeto, que é um projeto de 50 artigos, 100 incisos e parágrafos, que foi objeto de notícia na imprensa, é porque tinha um parágrafo lá, que previa o pedágio urbano. Porque essa é a posição da Secretaria do Verde. A minha posição, eu já escrevi duas vezes, eu sou a favor do pedágio urbano. Quando o projeto foi para lá, foi com essa posição, que é minha, que é da Secretaria, que é da Fundação Getúlio Vargas também concorda, o ICLEI também concorda. O prefeito me chamou e disse: "Isso aqui, eu não é urbano". Eu disse: "O senhor é o prefeito, eu estou apenas dizendo a minha posição. Então eu vou mandar tirar". "Por favor". Só que quando foi para a área que dá o remate final do projeto, o nosso pessoal da Secretaria de Governo, que nunca falha, falhou e mandou com pedágio. Até explicar que não fui eu, eu levei a culpa dentro do Governo, fui criticado dentro do Governo, estava sabotando o prefeito, que isso aí, era... as besteiras. Mas esse foi o único assunto do projeto que até hoje veio à discussão de público. Os candidatos todos falaram sobre esse assunto. Vocês lembram dos debates? É esse projeto. Aquele projeto dos debates citados é esse projeto aqui. E foi o único aspecto do projeto que foi mencionado. Então quando ele fala de coisas, por exemplo, que não tem lugar em nenhum no Brasil. A inclusão do licenciamento das obras públicas e privadas, das grandes obras públicas e privadas, de levar em conta a geração de gás de efeito estufa, e se houver algum equacionamento em relação a isso. Isso aí não tem nenhum licenciamento no Brasil. Uma grande obra pública ou privada, fazer o inventário e prever como isso vai ser equacionado. Ou então a substituição progressiva do petróleo, no uso do transporte público da cidade de São Paulo, pelo combustível renovável e mais limpo. Menos gás de efeito estufa. São coisas com um impacto tremendo na cidade. E aí, as entidades, as associações, era importante que tivessem esse texto e começar a discutir. Porque, eu vou insistir, na hora em que a ficha cair na Câmara, na sociedade, esse projeto, as pessoas que são a favor, e as pessoas que são contra, parcial ou totalmente, vai ser o projeto, talvez, mais discutido na Câmara. E como no ano que vem vai ter o Encontro da



Dinamarca de reavaliação do protocolo de Kyoto, se a Câmara Municipal quiser ter uma evidência tremenda, ela vai dar uma importância muito grande a esse debate. Porque o ano que vem, o protocolo de Kyoto vai ser todo dia, a discussão. Todo dia uma discussão. Então esse projeto é o projeto 530.

Coordenadora Helena Magozo: O projeto da reestruturação da Secretaria é o 429, de 2008, a gente teve essa informação.

Presidente Eduardo Jorge: Eu tinha pedido para a Helena, inclusive, passar esse 530 para os Conselheiros do CADES. Todos os conselheiros deviam ter esse 530 para dar uma olhada nele. Principalmente vocês, da engenharia, isso vai ser altamente...

Cons. Sérgio Costa: Eu representei o Instituto de Engenharia, senhor Secretário, dentro da Câmara Municipal de São Paulo durante quatro anos. É um trabalho muito duro. Eu ia para dentro das divisões técnicas discutir o tema que eles me davam na mão, normalmente era uma discussão dentro da comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, que é uma comissão de mérito. Ou seja, todo PL tem que passar por lá, possivelmente, esse PL se ainda não foi encaminhado para a comissão de política urbana, vai ser. Então o que a gente poderia fazer, é, mais uma vez, procurar o presidente e pedir para que alguém seja indicado, não sei se eu vou ter tempo o ano que vem, mas que nós indiquemos novamente dentro da Câmara, um cargo, para que efetivamente, nós possamos agir no PL. Porque a discussão dentro do Instituto de Engenharia, a gente faz uma hora de almoço, a gente a transforma em ata de reunião, mas se a gente não for efetivamente para dentro da Câmara e trabalhar a bancada para colocar vírgula onde a gente quer, é aquela história: a vaca, da minha tia, foi para o brejo. Dependendo de onde a gente colocar a vírgula, vai a vaca ou vai a tia. Na Câmara é bem isso. Efetivamente o trabalho, é a gente trabalhar junto ao presidente para a indicação desse nome dentro da Câmara, um nome formal, que não falte nessas comissões, e aí contar com o apoio da Secretaria para mobilização das bancadas. Porque o trabalho lá, é duro. Lidar com vereador, é só quem já ligou para saber que... Ali o que fala menos, fala dez vezes mais do que eu, e fala muito bem. Mas o menos preparado ali, é muito bom, porque senão ele não seria vereador com 25, 30 mil votos, nessa cidade, dessa dimensão. Então é um trabalho que acho que nós contaríamos muito com o amparo da Secretaria, na formação das bancadas em defesa da onde a gente gostaria de colocar a vírgula. Então eu acho que é mais uma proposta para a gente levar ao senhor presidente.

Presidente Eduardo Jorge: (incompreensível) muito importante, que o Instituto de Engenharia, por exemplo, veja o projeto e como quer alterá-lo. Porque quando o executivo manda, é só o começo da discussão, a discussão mesmo é na Câmara. E aí cada instituição vai querer alterar, emendar.

Cons. Miriam: Posso fazer um comentário, senhor Secretário. A questão do pedágio, ela está no projeto de trânsito de São Paulo, que foi entregue pronto para o Kassab, bem antes da eleição. Feito por um grande urbanista. Encomendado a um grande urbanista. Eu acompanhei. Então a...

Presidente Eduardo Jorge: Quando a questão se reabrir, que o prefeito foi contra. A prefeita Marta era contra. Todos eram contra, com exceção da Soninha. E o povo elegeu o prefeito maciçamente. O segundo colocado, que também era contra. A Soninha teve só 2 ou 3% de voto. Portanto, essa questão, pelo povo e pelo prefeito eleito, por enquanto está discutida. Só quem pode reabrir essa questão é ou o povo ou o prefeito. Não sou eu nem você.



Cons. Miriam: Sim, eu não estou querendo reabrir. Eu estou dizendo que esse projeto de trânsito agora, eu acho que vai aparecer. Não apareceu antes, porque, justamente por causa desse problema, eu acredito. Porque trazia desprestígio no momento da eleição. Ele vai reaparecer. E é realmente, necessário, é o que se faz nas grandes cidades do mundo, o pedágio no centro. Agora, quanto ao projeto, esses dois projetos que o senhor relacionou, que realmente nos interessa como Conselheiros, e como população de São Paulo, eu faço parte do movimento Defesa São Paulo, que eu represento aqui. Que justamente é uma associação de associações. E isso nós temos discutido todos esses problemas lá. E o que está acontecendo agora, o risco maior, o senhor conhece muito bem, o senhor fez a carreira toda como vereador, como deputado, enfim, aqui em São Paulo, já tem acontecido muitas vezes, quando chega no fim de ano, eles fazem um bloco de projetos, bons como esses, e projetos pontuais, que favorecem a alguns vereadores. Nos seus setores eleitorais, eleitoreiros. Então a nossa preocupação nesse momento, é não ter essa votação em bloco, que costuma varar a madrugada no dia primeiro, 31 para o dia 1º, que a gente já conhece. Agora, isso é muito complicado, senhor Secretário. O que acontece? Projetos como esse que são fundamentais, acabam sendo envolvidos com outros que não, que são... enfim, não dá nem para dar um adjetivo. Agora, quanto à questão do CADES, que o senhor falou, para as prefeituras, houve a eleição. Em Pinheiros, elegeu pessoas realmente extraordinárias, geólogos, geógrafos, porque o bairro tem realmente um número muito grande de técnicos na população. Agora, nos preocupa muito, inclusive as pessoas que fazem parte do CADES, nosso conselho, eu, pelo menos, aqui, é o fato de levar a mesma denominação que o CADES da Secretaria. Ele não pode ser utilizado como se fosse um CADES menor. Ele pode até fazer parte do CADES, deve fazer parte do Cades, mas a referência tem que ser o CADES, aqui na Secretaria. Senão, o que vai acabar, é que em vários bairros por aí, várias subprefeituras, ele pode ser mal utilizado em detrimento do conceito que já tem, que já conseguiu formar o CADES, de um Conselho muito técnico, bastante especializado, e que tem que ter, manter, o poder decisório. As questões têm que continuar passando pelo CADES da Secretaria. Esse nome CADES com as prefeituras, já traz confusão. Deveria ser mudado, a nosso ver. E outra coisa, é que haja essa ligação de recolher as críticas, recolher, vamos dizer, as denúncias, enfim, e trabalhar esses locais, mas trazer sempre para o CADES. O CADES é uma autoridade reconhecida, no Brasil todo, já se fala muito em Brasil, pela influência de São Paulo no Brasil, e isso não pode voltar atrás. Nós ficamos preocupados, porque a Secretaria do Verde é fundamental, ela está realmente entremeada em todas as decisões da cidade de São Paulo. E essa importância só foi começando a ser percebida à medida que teve uma administração como a sua, que foi fundamental. Foi uma ação, realmente, muito técnica, com esse viés da medicina, com o viés da Saúde humana, e tudo, e aí aparecem as outras secretarias querendo diminuir, ou ter uma parte dessa importância da Secretaria. Essa importância tem que ser assegurada cada vez mais. Ela é decisiva na cidade de São Paulo, qualquer cidade. Então eu posso levar esses dois projetos de lei, aqui, PLs, para estudo nosso, mas a nossa preocupação tem sido essa. E tentar identificar essas duas propostas desse tsunami que invade o fim de ano da...

Coordenadora Helena Magozo: Miriam, só um esclarecimento. São duas coisas: uma questão é o que foi criado por portaria, intersecretarial, Secretaria do Verde, subprefeituras, parceria em esportes, que são os Conselhos Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que nós não denominamos CADES. Eu não sei se houve uma contaminação por conta do CADES, que se encarregou. Tanto que o de São Mateus tem uma sigla, eles estão adotando... não fomos nós. A verdade, houve uma popularização, mesmo. Eles ficaram com essa história de CADES, Cadinho, Cadinho, Cadinho, é Cadinho, é Cadinho. Tomou conta, mas não foi, em nenhum momento nós apresentamos. Porque tem uma diferença entre um Conselho criado por portaria, que é consultivo, que foi assim, que é um estímulo à participação, a um olhar ambiental na cidade como um todo, é diferente do CADES criado por lei. E nesta proposta então da Secretaria, têm as



duas coisas. Tem, primeiro, uma proposta para que o CADES, como preconiza o SISNAMA seja paritário. Hoje não é, é um aperfeiçoamento do CADES. Então que, ao invés de três representantes e seus suplentes, da sociedade civil, tenham dez representantes da sociedade civil, e aí, são entidades, mesmo, busca-se a cidade como um todo, representada, mas são entidades. Aí tem toda uma formalização que a lei exige por ser deliberativo, o CADES. Então, as duas coisas. Coloca isso, essa ampliação para ser paritário, e além disso a continuidade dos Conselhos Regionais em cada subprefeitura, consultivos, como eles são. Eles não são deliberativos, não têm esse poder. Agora, podem, sim, ser uma canalização e uma ampliação de uma política ambiental e de um olhar ambiental sobre a cidade como um todo, que acho que é muito importante. Nós temos várias cidades na cidade de São Paulo. E aí também entra uma questão que você falou, mas daí se exige uma discussão, que são dos saberes. Nós temos representantes comunitários em regiões da cidade, por exemplo, eu estive, nesse final de semana, lá no Itaim Paulista, na cidade Camel. Eu revi, com o maior prazer, eu revi a dona Cícera, a dona Ilza, que desde 92, eu vi elas lutarem por uma área, para ser um parque. Que vai ser o Parque das Águas. Isso não tem preço. O saber que está incutido, a determinação, então, elas têm todo o direito. Se elas assim o quiserem, e se estiverem organizadas dentro de uma entidade formal, de se candidatar. É um pouco isso que a gente estava discutindo. O que é o saber. Então, eu acho que é assim. Como os técnicos também são muito importantes. Isso que essas organizações (incompreensível) Agora, isso é uma coisa que foi chamada de CADES, independente da questão da Secretaria, e ficou essa história de Cadinho, orgulho deles, e eu falo: "Vocês vão conhecer o CADES, como funciona". E está puxando um interesse maior, do que é um Conselho, o que se discute no Conselho maior da cidade. Agora não foi nada de direção da Secretaria. Aconteceu. Um apelido.

Cons. Miriam: Eu me lembro que você deixou sem definição mesmo. Nós lembramos disso. Mas eu estou falando aqui para sublinhar a importância do CADES da Secretaria e o trabalho de apoio dos outros. Isso precisa ficar bem firme

Coordenadora Helena Magozo: E está colocado legalmente, isso. Quando nos trazem a pergunta, sempre que a gente pode, a gente reitera isso. Agora, tem essa importância da gente ampliar a discussão ambiental na cidade.

Cons. Miriam: Mas precisa ficar mais claro isso. Mais claro. Para que não haja oportunismo. A gente sabe que há muito oportunismo, principalmente nas mudanças de governo, no fato do subprefeito continuar sendo eleito, indicado pelos vereadores, não é possível. Tem que ser criado um conselho para casos...

Presidente Eduardo Jorge: Só uma coisa para não ficar registrado. O subprefeito não foi indicado por vereador nenhum, nem no governo do Serra, Kassab.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, hoje nós vamos ter a posse do 16º Conselho Regional, vai ser no Butantã, nós temos mais três que devem ser criados. Então a gente considera que foi importante o número, porque não obrigatório, fruto da organização da sociedade civil com os subprefeitos, então, hoje é o 16º. Hoje a gente venceu os 50%, esse ano.

Cons. Maria Lúcia: Eu tive a oportunidade de ler o projeto de lei nosso, da cidade de São Paulo, e o projeto do Governo Federal, de mudança climática. O plano, por enquanto, que estava sendo colocado à votação. E eu acho muito importante. Quer dizer, que nós renovemos as forças e façamos o que for possível dentro da área de cada um, porque nós temos um projeto que inova, quer dizer, ele, de fato, ele coloca uma série de coisas que nenhum município do Brasil está hoje,



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

colocando. Então, é de suma importância que nós tenhamos isso em mente. Acho que a questão da meta, Secretário, de ter a coragem de colocar uma meta, é uma coisa que São Paulo sai à frente se a gente conseguir a aprovação desse projeto na Câmara. É um pouco isso que eu queria colocar. Obrigada.